

Poli

Ano XVI – Nº. 94
mar./abr. – 2024

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

DIPLOMACIA DA SAÚDE
O Brasil no centro do
debate sanitário global

ENTREVISTA
Isabela Pinto fala sobre
4ª Conferência de Gestão do
Trabalho e da Educação na Saúde



Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios

Mala Direta
Básica
9912631800/2023-DR/RJ
FIOCRUZ
Correios

ABAIXO A DITADURA
= POVO NO PODER =



60 ANOS DO GOLPE: IDEIAS DO PASSADO ATUALIZADAS NO PRESENTE

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462* *Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

EXPEDIENTE

Ano XVI - Nº 94 - mar./abr. - 2024

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação

Profissional em Saúde

ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Edição

Cátia Guimarães

Reportagem

Cátia Guimarães

Juliana Passos

Paulo Schueler

Estagiário de Jornalismo

Rhyan de Meira

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Fotos de capa

Fernando Frazão / ABR

Arquivo Nacional

Freepik

Mala Direta e Distribuição

Matheus Batista Costa

Valéria Melo

Portal EPSJV

Paulo Schueler

Mídias Sociais

Erika Farias

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

13.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alexandre Moreno Etelcia Molinaro

Ana Cristina dos Reis Ingrid D'avilla

Anamaria Corbo José Adailton

Antonio Marinho Marcia Valéria Morosini

Augusto Cesar Rosito Monica Vieira

Cláudio Gomes Nina Soalheiro

Edilene Pereira

ARQUIVO NACIONAL



SUMÁRIO

2

CAPA

60 anos do golpe empresarial-militar

10

CONAE

Contra a Reforma do Ensino Médio e a 'privatização' da Educação: os principais recados da Conae 2024

14

Cadê a Educação Profissional?

15

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Saúde, um 'ativo' da diplomacia brasileira

20

FEMINISMO

Desigualdade de gênero em dados

22

ENTREVISTA

Isabela Pinto

'Num governo democrático, nada mais importante do que retomar o espaço das conferências'

26

SAÚDE BUCAL

Política Nacional de Saúde Bucal completa 20 anos

31

DICIONÁRIO

Precariado

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP.: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br

60 ANOS DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR

Argumentos de que era preciso salvar o país do comunismo e da corrupção seguem vivos e expressam articulação da extrema-direita

JULIANA PASSOS

ARQUIVO NACIONAL



Eu autorizo". O lema, que acompanhou faixas e cartazes com pedidos de que as Forças Armadas voltassem ao poder por meio de uma intervenção militar, passou a ser recorrente nas manifestações de extrema-direita realizadas ao redor do país desde 2015. O medo de que "o Brasil se transforme em Cuba" e o discurso de combate à corrupção são dois dos principais argumentos que costumam motivar esse tipo de apelo, que no passado serviu para justificar a ditadura vivida entre 1964 e 1985.

Foi ainda em junho de 2013, quando os protestos contra o aumento das passagens foram encerrados, que começaram a aparecer novas demandas nas ruas, entre elas o pedido de intervenção militar. Essa defesa passou a ser mais frequente após surgirem as primeiras denúncias feitas pela Operação Lava Jato, que mais tarde tiveram parte de suas decisões anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por irregularidades na condução dos processos de investigação. Esse discurso ecoou ainda ao longo do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e passou a ser presença frequente nos atos públicos realizados pelo então presidente Jair Bolsonaro. As referências saudosas à ditadura se intensificaram à medida que as eleições presidenciais de 2022 se aproximavam, expressando-se nas manifestações nas ruas, que incluíram interrupção de rodovias e ocupação dos quartéis. Como se sabe, o ápice dessa movimentação se deu no dia 8 de janeiro, quando milhares de pessoas invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília, recusando o resultado das eleições que deram vitória a Luiz Inácio Lula da Silva e pedindo, exatamente, intervenção militar. Na ocasião, de acordo com a página do Supremo Tribunal Federal 1.927 pessoas foram conduzidas à Academia Nacional de Polícia, das quais 1.152 passaram por audiência. Até o fechamento desta reportagem, 116 tinham sido condenadas por esses atos golpistas, segundo nota publicada na página do STF.

As declarações de apoio à ditadura não se limitaram a manifestantes. Em abril de 2019, o então ministro da Educação Ricardo Rodriguez anunciou a revisão dos livros didáticos para que deixassem de incluir os termos 'Golpe de 64' e 'ditadura militar', negando a existência do regime de exceção. Mais recentemente, em agosto de 2023, o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) elogiou a ditadura durante sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Diante da negativa do General Gonçalves Dias de falar sobre o período, Salles, então relator da Comissão já extinta, declarou: "É a primeira vez que um militar não defende a importante ação de 1964". Segundo a historiadora Virgínia Fontes, professora da Univer-

sidade Federal Fluminense (UFF), manifestações de apoio à ditadura empresarial-militar não são novidade, ao contrário da existência de integrantes do Executivo expressando-se publicamente a favor do regime. "As Forças Armadas brasileiras continuaram fazendo, aberta ou discretamente, a comemoração do golpe empresarial-militar de 1964. A situação nova foi ter um presidente da República eleito, não só apoiando abertamente o golpe, mas fazendo o elogio à tortura", diz. A referência é ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que, tanto na condição de parlamentar quanto depois, à frente do Executivo, acumulou frases e atitudes em defesa da ditadura. Em um dos episódios mais emblemáticos, ao votar pela saída de Dilma Rousseff da presidência, em abril de 2016, como deputado federal, ele citou o general e torturador Carlos Brilhante Ustra, chefe do Doi-Codi (Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). "Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff", declarou. Três meses depois, em entrevista à Rádio Jovem Pan, afirmou que "o erro da ditadura foi torturar e não matar". Também ao longo do mandato como presidente, Bolsonaro protagonizou discursos elogiosos e negacionistas sobre o regime. "Quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem obras do governo militar? Não seria nada, seríamos uma republiqueta", disse, por exemplo, durante um discurso no Palácio do Planalto, em 2022.

Apesar de todo esse cenário, pesquisas de opinião realizadas pelo Datafolha apontam que, em outubro de 2022, o apoio à ditadura atingia seu menor patamar desde 1989, quando alcançou 7%, enquanto a preferência pela de-

mocracia como regime era de 79%. Em dezembro de 2023, o apoio ao regime de exceção se manteve ao passo que o índice de pessoas que dizem não se importar se o regime é ditatorial ou democrático subiu de 11% para 15%. "Embora seja um segmento menor quantitativamente, ele tem um peso proporcional muito grande, porque ancora o movimento como um todo e é responsável por fazer o número de apoiadores da intervenção militar crescer em alguns períodos, como nos eleitorais", diz Letícia Cesarino, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E há quem tente dar um tom de legalidade ao pedido de intervenção militar. Uma alegação comum nesse período recente é o de que a Constituição Federal, em seu artigo 142, afirma que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria" e à garantia da "lei da ordem". O que o argumento esconde é que o texto deixa explícito que isso deve se dar "sob a autoridade suprema do Presidente da República" e "por iniciativa" dos demais "poderes constitucionais". A interpretação, diz Letícia Cesarino, coloca as Forças Armadas como um poder moderador. "As pessoas [que defendem essa ideia] veem as Forças Armadas como estando acima dos três poderes e tendo essa conexão direta com a vontade popular presente nas palavras de ordem 'eu autorizo'", diz.

Ainda que seja possível apontar semelhanças, os entrevistados ouvidos por esta reportagem pedem cautela nas comparações entre passado e presente. "O elo que une os dois momentos é a crença de uma intervenção militar 'saneadora' na política, antiesquerdista e contra a elite política civil, considerada 'corrupta', fruto de uma mentalidade autoritária que atravessa o século 20 brasileiro", resume o professor da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Napolitano.

Conjuntura pré-golpe e apoio às Reformas de Base



Edição de 1964 do Última Hora, único veículo jornalístico de grande circulação a apoiar João Goulart

Para entender melhor essa história, vale voltar quase 20 anos antes do golpe empresarial-militar. Entre 1945, ano do fim da Segunda Guerra Mundial, e o final da década de 1950, o país alcançava uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que variou entre 6,5% e 8% ao ano, de acordo com o IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas esses bons índices não significaram uma vida sem dificuldades para os trabalhadores que, em 1953, vão massivamente às ruas na famosa 'Greve dos 300 mil', para demandar aumento salarial diante de uma alta desen-

freada no preço dos alimentos. Foi para negociar o fim dessa greve, que conquistou 32% de reajuste salarial, que o então presidente Getúlio Vargas nomeou João Goulart como novo Ministro do Trabalho.

Já o começo da década de 1960 foi marcado pelo crescimento do desemprego, da inflação e pelo rebaixamento do salário-mínimo. "Isso se dava, sobretudo, porque o processo de industrialização voltado para o mercado interno, que era como a economia do país se organizava nos anos anteriores, tinha chegado ao seu limite", explica Gilberto Calil, professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Isso quer dizer que o país vivia uma queda da produção industrial, gerada pela redução dos investimentos estrangeiros – que não consideravam mais o mercado interno atrativo –, sem que o país tivesse capacidade de produzir para substituir as importações.

É em meio a essa crise que ocorrem as eleições de 1960. Naquela época, as votações para presidente e vice eram feitas de forma separada, o que levou a eleição de Jânio Quadros para o cargo mais alto do poder Executivo, enquanto João Goulart assume como vice. O presidente foi candidato pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas com o apoio do principal partido conservador, a União Democrática Nacional (UDN). Seu lema de campanha estava no famoso *jingle* "varre, varre, vassourinha, varre a corrupção". Já João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), era apoiado por 'herdeiros' de Getúlio Vargas, morto em 1954, como Leonel Brizola.

Para a surpresa de todos, Quadros renuncia em agosto de 1961 – a interpretação mais comum na historiografia é de que ele apostou na expectativa de ser reconduzido ao cargo por aclamação popular, o que

não ocorreu. Diante da iminência da posse de um candidato de oposição à maioria do Congresso, os parlamentares aprovaram às pressas uma mudança na Constituição, naquela época chamada de Ato Adicional. Assim, da noite para o dia foi instaurado no país o parlamentarismo e o Brasil ganhou a figura de um primeiro-ministro, Tancredo Neves. O plebiscito foi antecipado e realizado em 1963.

O resultado, informa o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi que oito em cada dez eleitores foram favoráveis ao presidencialismo. A campanha pelo "Não" – que significava a volta do presidencialismo – foi ampla e contou com apoio de todos os espectros políticos. "Prometendo às esquerdas as reformas de base, à burguesia a 'ordem e a tranquilidade', ao povo o 'fim da crise social' e aos cristãos um 'governo cristão', Goulart conquistou algo similar ao que seria sua própria e 'verdadeira' eleição presidencial", escreve o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Demian Melo no artigo 'O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na crise orgânica dos anos sessenta'. Para o pesquisador, aliás, essa é uma importante pista do amplo apoio social que Jango tinha para permanecer na presidência, contrariando o discurso de que o golpe atendia à vontade do povo.

As Reformas de Base prometidas por João Goulart eram a resposta do governo à crise econômica, buscando promover mudanças necessárias de um país em transição do rural para o urbano. As principais reformas propostas tinham como horizonte a ampliação do mercado interno de consumidores, com a diminuição da desigualdade do país. No centro, estava a Reforma Agrária, mas também estavam presentes a reforma fiscal, que incluía a taxação de remessa de lucros, bancária, administrativa e universitária.

Como vários historiadores registraram, para divulgar essas ideias, Jango rodava o Brasil em comícios, sendo um dos mais famosos o realizado em 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com cerca de 200 mil pessoas. E a presença massiva da população nesses atos pode ser apontada como outro dado para rechaçar o argumento frequentemente utilizado de que o golpe empresarial-militar foi uma demanda da maioria da população, que rejeitava a plataforma política de Jango. Mas há ainda uma outra evidência: de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ibope na cidade de São Paulo, sob encomenda da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, entre os dias 20 a 30 de março de 1964, somente 7% dos entrevistados declararam que as reformas não eram necessárias. A principal variação se dava em relação ao tempo de realização: 40% consideraram que elas eram urgentes,

enquanto 39% acreditavam que era possível fazer aos poucos. A mesma sondagem apontou que 70% dos entrevistados aprovavam o governo e que mais de 80% conheciam e 64% aprovavam as medidas recentemente tomadas pelo então presidente, entre elas o controle do preço dos aluguéis, a estatização de refinarias de petróleo privadas e a desapropriação de terras às margens de açudes, ferrovias e rodovias federais. Apenas 20% discordavam dessas iniciativas. As informações, baseadas em arquivos doados pelo próprio Ibope, estão disponíveis na edição 204 do Jornal da Unicamp.

No entanto, as Reformas de Base não eram consenso entre a classe política e empresarial do país. “[O golpe] se colocou em oposição ao conjunto de reformas [que eram] bastante tímidas, mas [visavam à] ampliação das bases do capitalismo brasileiro”, diz Calil. “Já o projeto colocado em prática [com o golpe] está relacionado à lógica do desenvolvimento associado dependente, da atração de capitais externos, da redução salarial, de um mercado de consumo que é basicamente voltado a uma pequena parcela da população com renda altamente concentrada”, completa.

O elo empresarial-militar

Ignorando - ou reagindo - a esse apoio popular ao governo de Jango, em 31 de março de 1964, o Exército brasileiro toma as ruas. Na sessão do dia seguinte no Senado, o presidente da Casa, Auro de Moura Andrade, decreta vacância do cargo, sob o argumento de que o presidente se ausentara sem comunicado oficial. Essa foi uma manobra que até o filme ‘Entre Armas e Livros’, da produtora Brasil Paralelo, um dos principais conteúdos revisionistas que circulam atualmente como esforço de melhorar a imagem da ditadura, reconhece “tecnicamente” como “golpe”, embora argumente que era uma medida necessária para salvar o país.

Foi publicado, então, o Ato Institucional nº 1, que já anunciava em parte o que estava por vir: “Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País”, diz o texto, de 9 de abril de 1964, que também marcou eleições indiretas para o ano seguinte. Na sequência, veio a cassação dos direitos políticos dos ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

Um dos estudos mais completos sobre esse período mostra, no entanto, que os militares não desenharam o projeto de tomada de poder sozinhos. No livro ‘1964: a conquista do Estado’, René Dreifuss destaca como a participação de empresários foi decisiva para a formação desse projeto. É isso que

explica a tendência crescente, entre os historiadores, de caracterizar o regime autoritário inaugurado com o golpe como “ditadura empresarial-militar”.

Dreifuss demonstra, por exemplo, o papel do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), da Escola Superior de Guerra (ESG) e em especial do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) na articulação para destituir o presidente eleito a partir de documentos que registram as propostas dessas instituições para o país e os cargos que eles assumiram após o golpe. O Ipes foi fundado em 1962 por empresários, intelectuais e militares de alta patente. Em sua ata de fundação, são elencadas três finalidades: “promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”; “desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social” e “obter, por meio da pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e recomendações que contribuam para o progresso econômico, o bem-estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil”. No entanto, ao ter acesso a inúmeras atas de reuniões do Ipes, o livro conclui que houve participação expressiva dos principais empresários do país no golpe. “Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários”, escreve.

Um dos exemplos para esta dupla atuação está na presença do General Golbery do Couto, presente na criação do Ipes, integrante do Conselho orientador e responsável pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). A atuação do SNI era semelhante, diz Dreifuss, a uma das atividades às quais o Ipes continuou se dedicando: a preparação de relatórios sobre a atuação da resistência contra a ditadura e movimentos populares para círculos empresariais, militares e administrativos. “Esses relatórios justificavam a atitude de ‘linha dura’ cuja adoção os líderes do Ipes afirmavam ser necessária, por parte dos empresários e militares, contra a ‘subversão’ do país. Consequentemente, esses relatórios também justificavam o contínuo levantamento de fundos para o Ipes”, afirma o pesquisador.

Mas a atuação do Instituto estava além dos aparatos de inteligência e repressão. “Esse grupo forma-



JOEDSON ALVES / ABR

Manifestantes comemoram invasão da Praça dos Três Poderes para pedir intervenção militar, em 8 de janeiro de 2023



Durante o começo da década de 1960, as Ligas Camponesas fizeram muitas manifestações em prol da Reforma Agrária

do pelos maiores empresários da época ocupou todos os primeiros postos do governo imediato pós golpe, o que resultou que eles reformaram o Estado à imagem e semelhança desse grupo empresarial”, diz Virgínia Fontes. Nesse sentido, a fala do líder do Ipês e integrante da Câmara Americana de Comércio, Antônio Carlos do Amaral Osório, colhida por Dreifuss e reproduzida no livro, sintetiza a análise feita pela professora da UFF: “Uma das grandes realizações da revolução de 1964 foi, sem dúvida, a de reforçar uma nova concepção das relações entre o Estado e as classes empresariais”.

Ameaça comunista e terrorismo

Apesar de todos esses interesses por trás do golpe, a principal justificativa utilizada para a ação dos militares na época era a necessidade de salvar o país do comunismo. A preocupação com “bolchevizar” o país – em referência aos bolcheviques, que lideraram a Revolução Russa em 1917 –, citada no texto do AI-1, é um argumento que vem sendo recuperado e repetido nesse esforço de alguns grupos de ‘repaginar’ a história da ditadura. Para construir essa ideia falaciosa, recorre-se ao contexto da época. O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, não estava distante e o mundo vivia o período que ficou conhecido como Guerra Fria, uma disputa entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, capitaneado pela União Soviética, por maior influência no mundo. E a preocupação cresceu após a Revolução Cubana, que, em 1959, levou um país próximo ao Brasil a aderir ao bloco soviético. No plano nacional, havia muitas agitações políticas pelas reformas de base e forte movimentação de trabalhadores do campo em defesa de uma redistribuição de terras, prometida pelo governo. “Havia uma percepção de que a proposta comunista era algo muito presente”, explica Rodrigo Motta, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Apesar disso, segundo ele, dizer que essa mobilização significava uma articulação para a implantação de um novo modelo social e econômico no Brasil estava longe de ser verdade. “Os movimentos de direita

distorceram a realidade, criando uma representação de que o movimento comunista era muito mais forte do que ele era realmente”, analisa. No livro ‘Passados e Presentes: o golpe de 1964 e ditadura militar’, Motta afirma ainda, após o golpe, “as guerrilhas foram usadas como desculpa para o incremento do regime autoritário”. “As organizações armadas eram pequenas e não contavam com apoio popular relevante, o que tornava seu crescimento e sucesso impossíveis”, escreve, reforçando, ainda, que, além de minoritárias, as ações mais intensas de resistência ocorreram após 1968, com o AI-5, o mais duro do regime, que suspendeu direitos políticos, impediu o funcionamento dos sindicatos e deu poderes ao presidente da república para “demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade” funcionários públicos e militares ou membros das polícias militares. O AI-5, aliás, já não fazia mais menção aos comunistas ou bolcheviques, destinando-se ao “combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”.

As inúmeras violações de direitos que aconteceram durante a ditadura foram de certa forma autorizadas pela série de Atos Institucionais editados pelo regime. “Os atos institucionais foram essenciais porque definiram, por exemplo, que seria um regime político baseado em eleições indiretas para presidente, definiram o estatuto da cassação de direitos políticos, perda de mandato, perda de direito ao voto”, enumera o Rodrigo Motta, em entrevista à Poli. Mas ele registra que a ditadura também adotou outros mecanismos legais para perseguir e punir aqueles que tentavam protestar contra o governo. Entre eles, está o decreto-lei 477, de 1969, que impôs sanções a estudantes e profissionais de educação e entendem como infração disciplinar o ato de incitar “a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento”.

Outra medida de mais ampla atuação foi a Lei de Segurança Nacional, existente desde o período da ditadura de Getúlio Vargas, que foi alterada em 1967 e endurecida após o AI-5. O texto prevê que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” e, como princi-



pal novidade, estabeleceu a pena de morte. “É curioso que nunca executaram, embora tenham sido feitas algumas poucas condenações à morte, acabaram resolvendo indultar porque a ditadura queria passar uma imagem de que era benigna. Na verdade, eles preferiam matar às escondidas, sumir com os corpos do que fazer uma execução pública baseada na legislação autoritária”, diz Motta. Os principais órgãos responsáveis pela repressão foram o sistema DOI-Codi, os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DOPS) e os Institutos Médico Legal

(IML), cemitérios públicos e presídios, elenca em texto da professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Janaína Teles. “O sistema carcerário foi reutilizado para punir, separar e isolar os dissidentes. Essa estrutura permitiu o uso sistemático de valas clandestinas em cemitérios públicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, o que afastou a hipótese de que essas práticas resultariam de ‘excessos’ estranhos ao padrão de conduta das instituições e autoridades brasileiras”, escreve Teles no artigo ‘Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil’, publicado em 2020. Em 2008, os depoimentos da família Teles foram responsáveis por condenar o general Brilhante Ustra pelos crimes de tortura. Os pais da professora, Amelinha e César, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram torturados nas dependências do DOI-Codi em São Paulo e ela e o irmão Edson, ainda crianças, também foram levados às dependências do departamento.



Estudantes velam o corpo de Edson Luís, assassinado por policiais militares durante protesto no Rio de Janeiro, em 1968. A morte levou a uma onda de manifestações, como na foto acima

Entre 1964 a 1985 o Estado brasileiro foi o responsável por 434 mortes e desaparecimentos, sendo 191 mortes e 243 pessoas desaparecidas, segundo o terceiro volume do relatório da Comissão da Verdade, de 2014. Em quase duas mil páginas, o documento traz a biografia de cada uma das vítimas da ditadura empresarial-militar e as circunstâncias em que ocorreram as mortes e desaparecimentos. A Comissão considerou a morte em três situações: “execuções sumárias ou arbitrárias (incluindo mortes decorrentes de tortura); mortes em conflitos armados com agentes do poder público e suicídios na iminência de prisão ou de tortura e em decorrência de sequelas de tortura”. Já os desaparecimentos foram identificados a partir da recusa do Estado em informar o paradeiro da pessoa. Apesar dos esforços para reunião dos documentos, esses crimes nunca foram julgados. Ainda assim, afirma Calil, foi o suficiente para incentivar movimentações que negassem o terrorismo de Estado. “Vamos ter uma reação violenta a qualquer

tipo de investigação ou acerto de contas, mesmo que um acerto de contas mais simbólico”, diz. Como resposta política ao trabalho da Comissão da Verdade, ainda em setembro de 2014, um manifesto assinado por 27 generais da reserva voltou a afirmar os motivos elencados para a tomada do poder. “O que nós, militares, fizemos foi defender o Estado brasileiro de organizações que desejavam implantar regimes espúrios em nosso país. Temos orgulho do passado e do presente de nossas Forças Armadas”, escrevera.



Polícia repreende manifestação de metalúrgicos do ABC, que lutavam pelo fim do regime e por reajustes salariais

O discurso contra a corrupção

Em outubro de 1965, o governo editou o Ato Institucional nº 2 e com isso as eleições indiretas deixaram de ter prazo determinado para ocorrer. Foi instituído o bipartidarismo, os direitos políticos foram cassados e as manifestações políticas proibidas, assim como as eleições sindicais. “O AI-2, de outubro de 1965, é o momento em que a ditadura política se explicita enquanto um novo regime que veio para ficar. Muitos setores liberais já tinham ficado assustados com o primeiro Ato Institucional, ainda em abril de 1964. Para bons entendedores, mesmo aqueles que tinham apoiado a queda de Goulart, o Ato era um sinal de intervenção profunda na vida política brasileira”, diz Marcos Napolitano.

No texto de abertura do decreto, há uma mudança de argumento sobre os motivos que levaram ao golpe de Estado: agora, passa-se a falar também no combate à corrupção. Diz o documento: “A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundaram o País na corrupção e na subversão”. E, segundo o professor da UFMG, a mudança de tempo não ficou restrita ao Ato Institucional. “Pouco após o início do governo Castelo Branco, difundiu-se que seria preciso derrotar não apenas a esquerda e o comunismo, o problema principal, mas também um segundo alvo, a corrupção”, escreve Motta no livro ‘Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar’. O professor acrescenta que a imprensa favorável ao novo governo teve um papel importante nessa mudança discursiva, em especial nos editoriais de O Globo e O Estado de S. Paulo. “Após a ênfase inicial no tom anticomunista, ambos passaram a estimular o novo governo a se voltar também contra a corrupção”, continua, no texto. Qualquer semelhança com o discurso que embasa boa parte dos entusiastas da intervenção militar hoje não é mera coincidência.

A imagem de que durante a ditadura empresarial-militar não havia corrupção é outro elemento que sobreviveu ao longo das décadas, embora tenha sido desmentida por diversos estudos. A partir da reunião de documentos, entrevistas concedidas por empresários a jornais e pesquisadores, o livro ‘Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988’, de Pedro Henrique Campos, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por exemplo, mostra que atos ilícitos com o dinheiro público foram frequentes no regime, em especial no setor de obras públicas. E ele reforça que, diante da capacidade do regime de esconder ou impedir investigações, o número de denúncias é certamente menor do que a quantidade de casos.

Alguns indícios mais fortes de desvios, escreve Campos, começaram a aparecer a partir de 1974, com a abertura do regime e a retomada de atividades, como

ARQUIVO NACIONAL



Manchete do jornal Folha de S. Paulo de 28 de outubro de 1965 comemora chegada do AI-2, responsável por anunciar as eleições indiretas e a permanência do regime

as realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pela fiscalização do destino de recursos públicos. Ele relata que uma prática comum era as empreiteiras apresentarem um valor abaixo do mercado para ganhar a licitação e no decorrer do processo incluírem novas obras para receberem valores superiores aos de mercado e tornar o empreendimento mais lucrativo. Nesse processo, escreve o pesquisador, ganhavam não apenas os executores das obras, mas os agentes públicos que as contrataram.

Milagre econômico para quem?

De 1968 a 1973, o país viveu um período de grande crescimento econômico, alcançando mais de 10% do PIB impulsionado por grandes obras, como estradas e hidrelétricas, e pelo incentivo à indústria. Esse cenário, no entanto, não refletiu na melhoria da qualidade de vida para a maioria da população. “Além de terem maior acesso aos bens de consumo, as classes média e alta foram mais beneficiadas pelas políticas públicas, a exemplo do financiamento habitacional, que privilegiou os imóveis mais caros”, escreve Motta.

Ao mesmo tempo em que fazia um forte investimento estatal em obras, de outro lado, o governo retirava direitos trabalhistas e reduzia o poder de compra dos trabalhadores. Uma dessas medidas foi o fim da estabilidade do emprego, que era garantida após dez anos de trabalho na mesma empresa para aqueles contratados por CLT. Como uma espécie de compensação, foi criado o FGTS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. “As empresas ganharam, assim, facilidade para demitir – e com isso o poder de baixar os salários contratando gente mais jovem”, explica Rodrigo Motta, em seu livro. Durante o período também houve rebaixamento dos salários. Se em março de 1964 o salário mínimo equivalia a R\$ 1.737, em março de 1985, mês do fim do regime, ele atingia um dos valores mais baixos da série histórica,





Manifestação na Praça dos Três Poderes, realizada em 4 de abril de 2016, duas semanas antes da votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados

FABIO RODRIGUES POZZEBOM / ABR

“

A DITADURA BLOQUEOU DE MANEIRA DURÁVEL O ACESSO DOS SETORES POPULARES NO BRASIL A QUALQUER FORMULAÇÃO POLÍTICA. NÃO É À TOA QUE PRENDEU, TORTUROU, PROIBIU SINDICATOS DE TRABALHADORES DE ATUAREM, MAS NUNCA PROIBIU SINDICATOS PATRONAIS DE CONTINUAREM EXISTINDO”

VIRGÍNIA FONTES

Professora da UFF

R\$ 686, segundo dados do Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. E essa política, que envolvia arrocho salarial e reajustes abaixo da inflação, veio acompanhada da Lei nº 4330, promulgada em julho de 1964, que tornava as greves ilegais. “A ditadura bloqueou de maneira durável o acesso dos setores populares no Brasil a qualquer formulação política. Não é à toa que prendeu, torturou, proibiu sindicatos de trabalhadores de atuarem, mas nunca proibiu sindicatos patronais de continuarem existindo”, lembra Virgínia Fontes.

Em 1965, foi aprovada a Reforma Tributária que instituiu o regime fiscal vigente até hoje, e que será modificada a partir de 2026 após a recente aprovação da PEC 45/2019. Uma reforma caracterizada por taxar principalmente o consumo, em que o impacto no bolso de quem ganha menos é maior do que naqueles que ganham mais. Esse modelo é contrário ao que propunha Jango, no qual a taxação seria feita majoritariamente na renda e não no consumo, ou seja,

quem ganhasse mais, pagaria proporcionalmente mais imposto. (Leia mais na edição nº 93 da Poli)

Além da Reforma Tributária e do achatamento dos salários, a ditadura realizou outras medidas que também estavam na pauta do presidente deposto, embora com propósitos bem diferentes. Uma dessas iniciativas foi a aprovação do Estatuto da Terra, responsável por regular direitos e deveres dos proprietários rurais com a finalidade de executar a Reforma Agrária e a política agrícola. “Eles não fizeram reforma agrária por causa da oposição dos grandes proprietários de terra, e em troca promoveram a ocupação da Amazônia com a intenção de ocupar as fronteiras e de explorar economicamente a região em benefício do seu projeto de crescimento econômico”, explica Motta. O professor acrescenta que o impacto para as populações indígenas foi devastador, levando a mortes e desapropriações. Um dos principais impactados foi o povo Waimiri-Atroari diante

da construção da BR-174, que liga Manaus (AM) a Boa Vista (RR). De acordo com dados do Instituto Socioambiental (ISA), a população era de três mil pessoas no início dos anos 1970 e iniciou a década seguinte reduzidos a 350 habitantes.

O fim do milagre econômico é provocado pela crise do preço do petróleo, que levou o preço às alturas e prejudicou a economia brasileira, dependente de energia fóssil e de investimentos externos. A dívida externa do país saiu de seis bilhões de dólares em 1964 para estratosféricos 100 bilhões, segundo dados do Banco Mundial. Os últimos anos da ditadura empresarial-militar também foram marcados por um salto nos preços, com a inflação atingindo 470% ao ano, de acordo com o IBGE.

Crise da democracia liberal

Passadas exatas seis décadas do golpe empresarial-militar e quatro do seu fim, podemos dizer que a democracia está consolidada? A resposta unânime dos entrevistados é “não”. E isso não é uma situação exclusiva do Brasil. “Nenhuma democracia do mundo, atualmente, está consolidada. Mesmo nos países de tradição democrática, ela está ameaçada, seja por aventureiros irresponsáveis, seja por grupos autoritários e neofascistas”, diz Napolitano, que atribui a ascensão da direita à crise financeira global ocorrida entre 2008 e 2009. “Essa crise, fruto do neoliberalismo econômico, solapou as bases sociais do liberalismo democrático”, avalia.

A abertura de terreno para a extrema-direita que ameaça a democracia, na análise de Virgínia Fontes, está relacionada com a capacidade da direita ultraliberal de corroer o espaço democrático, principalmente a partir da década de 1990. Com o fim do regime autoritário, diz, a atuação do grande empresariado na defesa dos seus interesses muda de forma, mas está permanentemente presente. “Agora as táticas são muito mais de cooptação e de indiferenciação das forças políticas”, explica e completa: “Há a submissão de praticamente todo o espectro partidário a esses grupos empresariais mais relevantes”. É esse cenário, segundo ela, que se abre caminho para “grupos fascizantes” que, entre outros aspectos, mobilizam a nostalgia em relação à ditadura empresarial-militar. “Eles se aproveitam da devastação que foi feita pela própria direita para se apresentar como o novo e podem ser mobilizadores caso as forças democráticas não atuem para apresentar novas ideias, informações e formação”, finaliza. ●

Contra a Reforma do Ensino Médio e a ‘privatização’ da Educação: os principais recados da Conae 2024

Documento final da Conferência Nacional de Educação deve subsidiar Projeto de Lei do próximo Plano Nacional de Educação

CÁTIA GUIMARÃES

O leitor que acompanha as pautas de Educação da Poli talvez lembre que a matéria de capa da edição passada (nº 93) terminava com uma promessa: entidades e movimentos que têm se posicionado contra o Novo Ensino Médio (NEM) fariam o possível para adiar a votação do substitutivo do deputado Mendonça Filho ao Projeto de Lei nº 5.230/2023, que modifica a Reforma. O argumento, vocalizado por Daniel Cara, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, era que, se o debate na Câmara acontecesse após a Conferência Nacional da Educação, seria difícil os parlamentares ignorarem a posição da sociedade civil, principalmente em ano eleitoral. A ‘carta na manga’ a que o professor se referia era a edição extraordinária da Conae, que aconteceu entre 28 e 30 de janeiro, em Brasília. Você certamente já sabe que a primeira parte da promessa deu certo: a votação foi adiada para março – e talvez até já tenha acontecido quando você estiver lendo esta revista. Mas o que importa destacar nesta matéria de cobertura da Conae é que o segundo passo do ‘plano’ saiu até melhor do que o esperado: afinal, o recado mais (literalmente) gritado pela sociedade civil organizada presente na Conferência foi exatamente a recusa à Reforma do Ensino Médio. De um auditório lotado com mais de 2 mil pessoas, o que mais se ouviu ao longo daqueles dias foram gritos de ‘Revoga’ e avisos, puxados principalmente pelos estudantes, de que “ou suspende-se a Reforma ou paramos o Brasil”. “A gente vai conseguir argumentar no Congresso que a Educação majoritariamente se posicionou contra a Reforma do Ensino Médio, contra o texto do Mendonça e contra a posição das fundações empresariais”, comemora Cara.

De fato, a julgar pelas manifestações sonoras, o segundo tema que mais mobilizou os delegados, observadores e convidados da Conae foi a relação público-privado na Educação. Foi com gritos de

‘Fora Lemann’, em referência à fundação empresarial de mesmo nome, que uma boa parte dos presentes recebeu o ministro da Educação Camilo Santana nos seus dois momentos de fala: durante a abertura do evento e no dia 30, antecedendo o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não foram só palavras de ordem: ao longo de todo o documento final, são vários os trechos que, tratando dos mais diversos assuntos, criticam as parcerias público-privadas e defendem que dinheiro público só pode ser aplicado em instituições igualmente públicas. “No sentido mais imediato, os embates mais significativos politicamente foram a campanha pela revogação da Reforma do Ensino Médio e a capacidade, que não havia nas conferências anteriores, de vocalização [da crítica ao] papel da filantropia empresarial na Educação”, resume Salomão Ximenes, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), que completa: “Essas palavras de ordem como ‘Fora, Lemann’ são a síntese de um mal-estar sobre um certo privilégio que esses setores do capital têm na produção de políticas educacionais a partir de uma perspectiva reduzida, muito gerencialista e incompatível com o funcionamento cotidiano das escolas, que leva a uma pressão sobre os professores e estudantes”.

Já no “médio e longo prazo”, diz ele, “a conferência tem o sentido de reabilitar o instrumento Plano Nacional de Educação”. Isso porque, como se sabe, a principal missão da Conae extraordinária era formular propostas para o novo PNE, a lei que estabelece metas para a área nos

próximos dez anos, já que o atual ‘vence’ em dezembro de 2024. O resultado foi um documento de 208 páginas, com análises e proposições divididas em sete eixos, que dão conta de todas as etapas e modalidades da Educação no Brasil. Os debates começaram nas etapas regionais, a partir de um documento elaborado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), que reúne várias entidades e movimentos da área. Nos estados, de acordo com o presidente do FNE, Heleno Araújo, mais de 8,6 mil emendas foram incorporadas ao texto que, a partir daí, se tornou o documento-base da discussão que aconteceu na etapa nacional. Destas, ainda segundo ele, cerca de 7 mil foram aprovadas na Plenária Final do encontro realizado em Brasília. A cerimônia de entrega do documento final ao MEC aconteceu no dia 5 de março.

É ‘pra valer’?

A ideia de valorizar a participação social pressupõe que os diagnósticos e propostas elaborados num processo como as conferências devam, de fato, ser incorporados nos projetos, programas e políticas formuladas pelos governos. Mas a verdade é que nem sempre isso acontece: como você também já leu na edição passada e em outros números da Poli, a proposta de PNE entregue ao Congresso Nacional em 2010 (que levou quase quatro anos tramitando e resultou no PNE atual, 2014-2024) não refletia as demandas apresentadas na Conae daquele ano e na Conferência Nacional de Educação Básica, realizada em 2008, o que levou muitas entidades e

movimentos sociais da Educação a se mobilizarem entre os parlamentares para modificar o texto apresentado pelo Executivo. Dessa vez, no entanto, o ministro Camilo Santana garantiu publicamente, no discurso de abertura do evento, que o documento produzido naquele encontro iria “orientar a construção do novo Plano Nacional da Educação do nosso país”. “Justiça seja feita, os ministros anteriores nunca falaram isso”, ressalta Daniel Cara.

Mas é bom não ignorar que, dois dias depois, num discurso que destacou a importância da participação social e que em nenhum momento negou o compromisso do governo federal com o resultado da Conferência, o presidente Lula optou por fazer alguns alertas. Afirmou que a representação da sociedade ali reunida poderia sempre “cobrar” o que achasse pertinente, mas não deveria esquecer o perigo iminente de grupos que, inconformados com a derrota eleitoral, ainda agiam no sentido de “destruir”. E, tratando mais especificamente sobre a relação com o legislativo – que será palco da próxima batalha em torno do PNE –, fez questão de lembrar que “somos minoria no Congresso Nacional”, defendendo que é preciso aprender a conversar “com quem a gente não gosta e que não gosta da gente”, sem ser “principista”. O presidente provavelmente não conhecia o conteúdo do documento que estava sendo votado no encontro e que deverá ser ‘traduzido’ na forma de Projeto de Lei para o novo PNE, mas os gritos e palavras de ordem da multidão presente certamente deram algumas pistas sobre as ‘brigas’ que o governo vai ter que

comprar para fazer valer as decisões da maioria da sociedade organizada no campo da Educação. “Aqui nós estamos nos fortalecendo e fortalecendo o presidente Lula para que ele tenha subsídios que venham do campo popular para dizer: ‘olha, essa é a agenda educacional que nós vamos perseguir neste país’”, afirma Fernando Cássio, professor da USP e integrante da Rede Escola Pública e Universidade (Repu).

‘Briga’ com quem?

Faltavam poucas semanas para o evento quando começou a circular – pela imprensa e pelas redes sociais – a informação de que grupos de extrema-direita estavam se organizando para disputar os rumos da Educação no espaço da Conae. Como aqueles que participaram das etapas regionais da Conferência – e perceberam que esses grupos não tinham representação significativa para chegar até o

encontro nacional – já imaginavam, em Brasília não foi bem isso que aconteceu. Na verdade, o alto grau de consenso em torno das principais questões do documento poderia até dar a impressão de que não existiam controvérsias. Mas boa parte dos entrevistados desta reportagem não hesita em identificar as ‘disputas’ que silenciosamente pairavam sobre a Conferência – e que apareceriam de forma mais explícita depois da sua conclusão. “Aqui nós estamos discutindo política educacional. E quem está disputando a política educacional é o empresariado, são as pautas privatistas”, analisa Fernando Cássio.

De fato, não demorou muito para chegar a reação. Dois dias depois do fim da Conferência, um editorial do jornal Folha de S. Paulo chamou de “demagógicas” as “bandeiras” defendidas na Conae. O texto caracteriza como “revanchismo” a decisão da Conferência de que a Reforma do Ensino Médio deve ser revogada. Além disso, chama de “meta farsesca” a proposta – que já consta inclusive do PNE atual, em vigor, – de garantir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento da Educação, sob o argumento de que a área precisa de melhor gestão e não de mais recursos. No dia 13 de fevereiro, foi a vez de o editorial do Globo criticar exatamente as mesmas propostas, ressaltando (e justificando) ainda a dificuldade que o texto terá de ser aprovado no Congresso.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Lula e Camilo Santana se cumprimentam na Conae: ministro se comprometeu a seguir decisões da conferência



Pois Salomão Ximenes cita exatamente a meta sobre financiamento para ilustrar como o debate e as decisões que chegaram à Conae estavam “maduras”, fruto de um acúmulo que vinha de conferências anteriores e do próprio esforço de construção do PNE atual. Ele conta que, nas discussões da etapa estadual, foram incluídas no documento propostas de ampliar para até 15% do PIB o investimento em Educação. Mas, ao invés de aderir ao discurso atraente do ‘quanto mais melhor’, analisa Ximenes, a ampla maioria dos delegados nacionais optou por manter a demanda de 10% do PIB, reconhecendo que ela é resultado de estudos, cálculos e pactuações que vêm sendo feitas ao longo de muitos anos. “A Conferência tem esse papel, de colocar os movimentos para negociarem com o governo, estabelecer limites, ver o que passa ou não no legislativo... Tudo isso vai sendo já, de alguma forma, aglutinado”, explica.

Claro que esse consenso não envolve todos os atores que atuam no campo da Educação no país – daí as disputas que se darão no Congresso. Mas, para o professor da UFABC, não há nenhum “demérito” no fato de a Conferência “ter um caráter de representatividade e voz de um determinado campo que é o de trabalhadores e movimentos sociais em defesa da escola pública”. “É ilusão imaginar que um campo que não aposta na participação vá apostar num espaço como esse”, diz, referindo-se, nomeadamente, às “fundações empresariais, defensores de uma expansão maior do ensino privado e da desregulamentação”. E alerta: “Esses setores vão disputar o resultado da política educacional na sua própria lógica, segundo seus próprios princípios de ação política, por exemplo, por dentro do MEC...”.

LARISSA GUEDES / EPSJV



Revoga ou não revoga?

Além do compromisso de que respeitará as decisões da Conferência, um segundo aspecto que Fernando Cássio destaca como particularmente relevante do discurso do ministro Camilo Santana durante a Conae foi a defesa de que o Ensino Médio precisa ter 2,4 mil horas. Não é para menos, já que esse é um dos pontos de discórdia entre

o PL 5.230 e o substitutivo apresentado pelo deputado Mendonça Filho, que defende 2,1 mil horas, com apoio de entidades como o Movimento ‘Todos pela Educação’ (TPE), que reúne as principais fundações empresariais que atuam na área, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade patronal que lida especialmente com Educação Profissional. “Eu acho que é uma sinalização interessante a de que o ministro pretende brigar por isso”, elogia Cássio, ponderando: “Mas a luta contra a Reforma do Ensino Médio é muito mais do que isso”. Tocando em outros pontos sensíveis do embate em torno da Reforma, Camilo Santana também destacou a importância de se retomarem as disciplinas obrigatórias e de acabar com a Educação a Distância (EaD) nesse segmento de ensino – o substitutivo de Mendonça Filho suspende a proibição de EaD no Ensino Médio, proposta pelo governo federal, defendendo que ela possa ser usada “excepcionalmente” e mediante regulamentação, o que também é considerado um avanço pelo documento de análise produzido pelo TPE. Wisley Pereira, gerente executivo de Educação do Sesi e delegado da CNI na Conae, vai na mesma direção: “Nós acreditamos que uma boa regulamentação utilizando a formação à distância mas com qualidade, dentro de uma métrica que não prejudique a formação do estudante, é possível”, diz, e confirma: “Mesmo na Educação Básica e na Educação Profissional”. No documento final da Conae, no entanto, o parágrafo 590 fala explicitamente em “vedação do uso de educação a distância na educação básica, inclusive na EJA [Educação de Jovens e Adultos]”. Já em relação à Educação Profissional, o texto autoriza “o uso de até 20% na oferta”, embora, em outro trecho, que provavelmente se refere ao itinerário 5 instituído pela Reforma, o documento vete a possibilidade de EaD quando a formação profissional for parte do Ensino Médio.



“Regulamentar, supervisionar e avaliar”

A maior parte do debate sobre EaD no documento final da Conae, no entanto, refere-se ao Ensino Superior. E são vários os diagnósticos críticos e propostas que defendem, principalmente, uma maior “regulação, supervisão e avaliação”, embora não só nesse segmento. O texto cita, por exemplo, os dados do Censo da Educação Superior 2022, que mostram um aumento de 474% no número de alunos que ingressou em cursos de graduação a distância, que hoje são maioria no país. E mostra que isso requer atenção das políticas públicas especialmente pelo entendimento de que essa expansão se deu com cursos de “baixa qualidade, sem controle rigoroso sobre o processo de autorização e regulação”. A razão, também de acordo com o texto, seria um movimento de “desregulamentação” que aconteceu nos últimos anos, com a criação de um novo marco regulatório que facilitou a oferta de cursos nessa modalidade. Entre os diversos instrumentos jurídicos que flexibilizaram essa regulamentação estão o decreto 9.057, de 2017, que permite o credenciamento de cursos EaD sem a necessidade de que haja também oferta presencial, e a portaria MEC nº 2.117, que ampliou para 40% a cota de conteúdos à distân-

JOSÉ CRUZ / ABR



cia que poderiam ser oferecidos pelos cursos presenciais. “A EaD tornou-se um negócio, distanciando de fins de garantia do direito à Educação, para tornar-se fonte de obtenção de diplomas, o que precisa urgentemente ser revertido, com regulação, avaliação e monitoramento”, diz o parágrafo 462 do documento.

Em outro trecho, o documento final chama atenção para o fato de que a EaD no privado é diferente do público. Não por acaso, uma das entidades que mais contribuiu com as propostas sobre EaD na Conae foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino, a Contee, que representa os interesses sindicais dos

profissionais que atuam na educação privada e que, segundo Madalena Peixoto, coordenadora da entidade, são muito prejudicados pela falta de regulação do setor, sendo submetidos, por exemplo, a turmas à distância com milhares de alunos. “Praticamente, nesses últimos anos, a rede privada se autorregulou. Em nome da pandemia, passaram a fazer uma atuação predatória na Educação e estão formando professor sem qualidade, querem atuar na área geral da saúde, porque para eles o que vale é o lucro, são as ações subindo. Eles não têm compromisso nem com a população brasileira nem com a formação dos profissionais”, diz Peixoto, ressaltando que hoje a maioria das vagas de Ensino Superior são não apenas privadas mas também ofertadas por instituições pertencentes a poucos e grandes grupos econômicos de “capital aberto”.

O privado na Conae

Nos debates e no documento final da Conae, o alerta sobre o papel do setor privado na Educação passou, principalmente, pela crítica às estratégias de ampliação do acesso pela ‘compra’ de vagas em instituições particulares com recursos públicos, a exemplo do Fies (Financiamento Estudantil) e do Programa Universidade para Todos (ProUni) – que, no entanto, foram propagandeados pelo governo federal tanto nos cartazes que o MEC distribuiu na Conferência quanto na fala do presidente Lula. A lógica dos delegados que tomaram essa decisão é simples: se o novo PNE, de fato, elaborar metas coerentes com o que foi decidido na Conferência e elas forem cumpridas, haverá expansão de matrículas públicas em praticamente todos os segmentos e etapas. Assim, será possível encerrar os programas que hoje baseiam-se na transferência de recursos públicos para instituições privadas. Por isso, o documento não propõe uma interrupção abrupta das iniciativas que estão em curso: no parágrafo 1107, está determinado que deve se “reestruturar o volume de recursos públicos aplicados no setor privado educacional, construindo travas e prazos, para que ele seja paulatinamente diminuído, zerando o aporte de recursos públicos até o último ano de vigência do Plano”. Logo no tópico seguinte, o texto considera também como “processo de privatização da política educacional”, que deve ser interrompido, a “presença e atuação de grupos empresariais e fundações, especialmente aquelas relacionadas ao setor financeiro, no âmbito dos órgãos de formu-

LARISSA GUEDES / EPSJV

lação das políticas educacionais”, argumentando que elas se apropriam “de recursos financeiros destinados à escola pública, por meio da celebração de contratos com os órgãos estatais e venda de produtos e serviços padronizados ao setor público”.

‘Outros lados’

Contatada pela Poli para se pronunciar sobre os gritos de ‘Fora, Lemann’ que marcaram a Conferência, a Fundação Lemann enviou, via assessoria de imprensa, uma nota em que diz considerar “legítimas as manifestações, que podem ocorrer graças à existência do sistema democrático brasileiro”. Afirmou ainda que, embora não tenha participado da Conae, “acredita na importância e necessidade de eventos que debatem o desenvolvimento e a melhoria da educação no Brasil”. E, declarando que “mantém parcerias com diversas esferas do Estado brasileiros, por meio de acordos de cooperação, sem nenhuma transferência de recursos”, defendeu como “fundamentais” o “diálogo e cooperação entre governos e sociedade civil organizada”.

A reportagem também procurou o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) para comentar os debates e a deliberação da Conae sobre a revogação do Novo Ensino Médio, mas o presidente da entidade só esteve presente no primeiro dia do evento. As perguntas foram enviadas remotamente, mas o Conselho respondeu, via assessoria de imprensa, que não comentaria as decisões da Conae antes da realização de uma reunião, que aconteceria em março, em que o tema seria coletivamente debatido.

Contatada durante a Conferência, a presidente da Ubes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que fez fortes falas contra o Novo Ensino Médio, não respondeu às perguntas enviadas. ●



Cadê a Educação Profissional?

Conae teve pouco debate e propostas sobre esse segmento

CÁTIA GUIMARÃES

O método não é lá muito preciso, mas talvez ajude a perceber o ‘tamanho’ da discrepância: enquanto a expressão ‘Ensino Superior’ aparece mais de 5 mil vezes no documento final da Conferência Nacional de Educação (Conae) e ‘Educação Básica’ tem nada menos do que 17,4 mil referências, o termo ‘Educação Profissional’ está presente no texto em meras 37 ocasiões. Nos debates que antecederam as plenárias da etapa nacional, o vazio foi ainda maior: dos 20 painéis que aconteceram ao longo de um dia e meio, nenhum tinha esse segmento educacional como tema. “Educação profissional, acho que foi a principal ausência”, reconhece Daniel Cara, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O lamento pelo pouco espaço que a Educação Profissional ganhou na Conae uniu até quem estava em lados opostos em relação nos temas que se tornaram centrais na Conferência. “A gente entende que o documento-base veio muito fragilizado em relação à Educação Profissional”, diz Elenira Vilela, coordenadora geral do Sinasefe, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, que apoiou a proposta de revogação da Reforma do Ensino Médio e aponta a experiência dos Institutos Federais como o “modelo” de Educação Básica e Profissional a ser perseguido no país. “A gente fica entristecido do fato de não se falar tanto sobre Educação Técnico-Profissional”, concorda Wisley Pereira, gerente executivo de Educação do Sesi Nacional, que representou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) como delegado na Conae posicionando-se a favor do Novo Ensino Médio e das parcerias público-privadas que envolvem o Sistema S e outras instituições, na contramão do que a maioria dos delegados decidiu.

Proposição mesmo, daquelas que têm maior potencial de se tornar meta no texto do próximo PNE, o documento final traz apenas uma sobre Educação Profissional, no parágrafo 582. Em termos de ampliação do segmento, a proposta repete o desafio posto – e não cumprido – pelo PNE atual de “triplicar as matrículas de Educação Profissional Técnica de nível médio”. Mas, dessa vez, está afirmado, já no enunciado, que esse crescimento deve se dar “preferencialmente na modalidade integrada [ao Ensino Médio]”, que remete à experiência exitosa dos Institutos Federais. A mesma concepção está reforçada em outros trechos do documento, que defendem conceitos como “escola unitária” e “politecnicidade”, apontando a importância da Educação Profissional também para a melhoria da Educação Básica. Mas a proposta vai além e joga todas as fichas

contra o que a Conae caracterizou como processos de privatização da Educação, determinando que nada menos do que “100% da expansão” desses cursos deve se dar no “segmento público até o final de vigência do Plano” – a meta 11, do PNE em vigor, falava em 50%. Em outro trecho, o documento ainda exige que, quando fizer parte do Ensino Médio – como no itinerário 5 que a Reforma instituiu –, a Educação Profissional seja ofertada de forma integralmente presencial.

EJA com Educação Profissional

Embora apresentada como estratégia – e não como proposição –, o documento final da Conae traz também uma atualização – e um *upgrade* – no conteúdo da meta 10 do PNE que ‘vence’ este ano, sobre Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional. Agora, a estratégia redigida no parágrafo 538 do texto amplia de 25% para 50% as matrículas de EJA que devem ser ofertadas nessa modalidade. “A EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica é, para nós, uma questão central”, diz Rita Gonçalves, que participou de todo o processo da Conae pelo Fórum Nacional de EJA.

Mas ela não está sozinha. Segundo o gerente Executivo de Educação do Sesi, a oferta de cursos articulados com a Educação de Jovens Adultos é a “maior preocupação” da CNI neste momento. “Hoje somos 70 milhões de brasileiros, uma Itália inteira, de pessoas que não têm a escolarização na idade correta e não terminaram a Educação Básica”, descreve, defendendo que elas também “têm direito” a uma “certificação” que aumente as oportunidades para o “mundo do trabalho”. “Nós defendemos muito uma EJA que faça uma quali-

ficação técnica e profissional na direção de emancipar esse sujeito para o seu projeto de vida”, diz Pereira. E um modelo de resposta a esse desafio, segundo ele, estaria no ‘Nova EJA’, uma experiência desenvolvida pelo Sesi, que ele considera “a melhor metodologia de ensino de jovens e adultos” do país. “Hoje, um estudante que procura a rede Sesi de ensino consegue fazer o seu curso em até 13 meses, mas não é porque a gente abre mão da qualidade, é porque a gente certifica habilidades e competências que ele já adquiriu ao longo da vida”, anuncia. De acordo com informações do site do Sesi São Paulo, no entanto, o curso se desenvolve com 80% dos “estudos a distância” e apenas 20% de “encontros presenciais”.

A autorização para que a Educação de Jovens e Adultos possa ser ofertada com toda essa carga horária à distância foi feita pela Resolução 01/2021, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que se tornou um dos principais focos de resistência do movimento social ligado à EJA. “É cruel, é desrespeitoso o que a Resolução 01/21 fez com a EJA”, diz Rita Gonçalves, explicando que a prioridade do Fórum hoje é mobilizar o MEC e a sociedade pela revogação desse documento. Por um lado, diz, isso facilitou a oferta de EJA à distância, por meio de convênios firmados entre os governos e a iniciativa privada. Por outro, analisa, existe uma pressão empresarial para que o modelo do Sesi se expanda com financiamento público. “O Sistema S tem lá na ‘mesa do ministro’ uma proposta tentando transformar essa experiência numa proposta referência. Mas não é. Referência pode ser a oferta dos Institutos Federais que, de fato, têm capilaridade nacional, com escola pública em todos os municípios desse país”, alerta. ●

SAÚDE, UM 'ATIVO' DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Governo atual reafirma papel do Brasil na 'Saúde Global'

PAULO SCHUELER



Em fevereiro, em meio ao Carnaval e a volta às aulas, o Brasil se viu no centro do debate de uma das principais polêmicas de política externa das últimas sete décadas: o conflito que envolve Israel e Palestina. Entretanto, a fala do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião da 37ª Cúpula da União Africana (UA), que gerou tal repercussão, não se restringiu a esse tema. Em seu discurso, ele anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente africano, por meio da criação de uma representação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Adis Abeba, capital da Etiópia. “Vamos trabalhar com o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças para enfrentar doenças tropicais negligenciadas. Teremos como meta a ampliação do acesso a medicamentos, evitando a repetição do *apartheid* de vacinas que vimos na Covid-19”, afirmou Lula.

Ao longo da semana seguinte, o país recebeu representação diplomática dos países do Grupo dos 20 (G20), que reúne as 18 maiores economias do mundo – África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia –, além da União Europeia, União Africana e do próprio Brasil. Dentre as reuniões que ocorreram no período, 170 delegados de 30 organizações internacionais, nove países observadores, além dos representantes do G20 participaram do primeiro encontro do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde do fórum, que desde dezembro de 2023 tem na presidência o Ministério da Saúde brasileiro. Na pauta, a prioridade apresentada pela ministra Nísia Trindade Lima foi a criação de uma Aliança para a Produção Regional e Inovação.

O tema também esteve em pauta na visita que o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, fez ao Brasil

no início daquele mês de fevereiro. Na agenda oficial da visita de Ghebreyesus e de seu colega diretor da organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o brasileiro Jarbas Barbosa, constou também o papel de articulação do Brasil para a aprovação do novo tratado internacional sobre pandemias. Existe a expectativa de que o novo regulamento seja aprovado na 77ª Assembleia Mundial de Saúde, em maio próximo.

Em entrevista à Poli, o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (Aisa) do Ministério da Saúde, embaixador Alexandre Ghisleni, afirmou que, além da proposta a ser votada, a visita de Ghebreyesus permitiu a presença da OMS no evento de lançamento do ‘Brasil Saudável’, programa nacional para a eliminação das doenças socialmente determinadas, que não encontra paralelos no mundo. “A visita constituiu um marco e significa o reconhecimento do diretor-geral da OMS em relação à importância do Brasil na saúde global”, afirma Ghisleni.

Esse conjunto de atividades relacionadas ao binômio saúde e relações internacionais envolvendo o Brasil é uma amostra da atuação do país naquilo que se convencionou chamar ‘Diplomacia da Saúde Global’, que dá nome ao artigo em que a cientista política alemã Ilona Kickbusch define “o conjunto de negociações desenvolvidas em diversos níveis, que delinea e gerencia o ambiente das políticas globais em saúde; e que, idealmente, produz melhores resultados para a saúde da população de cada país envolvido

(atendendo, assim, aos interesses nacionais), bem como implementa as relações entre Estados e reforça o compromisso de um amplo arco de atores em prol do empreendimento comum de assegurar a saúde como direito humano e bem público”. O coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cris/Fiocruz), Paulo Buss, defende, inclusive, que a Aisa, a Assessoria Internacional do ministério, deveria se chamar Assessoria de Diplomacia da Saúde e funcionar como “uma divisão atuante no campo da diplomacia em associação com o Ministério das Relações Exteriores e sua recém-criada Divisão de Saúde Global, além da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)”, que ele define como “nosso veículo da cooperação Sul-Sul e de ajuda humanitária”. “São coisas combinadas e que precisam ocorrer em paralelo”, argumenta.

O Brasil na criação da Opas e da OMS

A contribuição brasileira para essa diplomacia, aliás, é histórica e faz parte da origem tanto da Organização Pan-Americana da Saúde quanto da Organização Mundial da Saúde. Em 1870, uma epidemia de febre amarela atingiu, além do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Em oito anos a doença se espalhou pelos Estados Unidos, onde matou mais de 20 mil pessoas. A necessidade de controlar a propagação de epidemias entre países, protegendo

a saúde das populações sem impactar o comércio marítimo, motivou a criação, em dezembro de 1902, do que hoje conhecemos como Opas.

De acordo com a própria Organização, isso ocorreu a partir da 1ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Washington, nos EUA, de 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890. Na sessão de 7 de dezembro de 1889, os delegados aprovaram a criação de uma Comissão, composta por sete membros de cinco países – Brasil, Nicarágua, Peru, Estados Unidos e Venezuela – para estabelecer as regulamentações sanitárias no comércio entre os vários países representados na Conferência. Essa comissão recomendou, com endosso dos demais países, a adoção da Convenção Sanitária Internacional do Rio de Janeiro (1887) ou o texto da Convenção Sanitária do Congresso de Lima (1888). A aprovação de recomendações sanitárias a todos os países participantes só ocorreu em 1902, na cidade do México, quando foram estabelecidos critérios sanitários para a prevenção e controle da febre amarela, febre tifoide, cólera e peste bubônica, através de medidas como quarentenas e manejo adequado de animais e resíduos sólidos. No mesmo evento, se oficializou a criação da Opas.

Quase meio século depois, como consequência da Segunda Guerra Mundial e a criação do ‘sistema ONU’, foi criada a Organização Mundial da Saúde. Coautor do livro *The World Health Organization – A History*, o

pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) Marcos Cueto afirma que sua origem está relacionada ao trabalho dos Aliados em prestar socorro às populações civis dos territórios europeus liberados das forças do Eixo.

Em vários trabalhos e entrevistas, Cueto identifica que a proposta de criação da OMS foi encabeçada pelo diplomata chinês Szeming Sze e pelo médico brasileiro Geraldo de Paula Souza. Egresso do curso de doutorado da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da *John Hopkins University*, nos EUA, Souza atuou no cenário internacional a partir de 1927, quando ingressou na Liga das Nações como técnico da Seção de Higiene. Após 18 anos trabalhando entre Europa e África no diagnóstico e combate à febre amarela e malária, o médico integrou a delegação brasileira na Conferência de São Francisco, que em 1945 gerou a Carta das Nações Unidas.

Neste espaço, ao lado de Szeming Sze, o médico propôs a criação de um organismo global destinado à saúde pública. Apenas um ano depois, Souza participou da reunião que aprovou a constituição da OMS e a definição de que “saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade” – que abre a Constituição da Organização Mundial da Saúde. A OMS foi instituída a partir da primeira Assembleia Mundial da Saúde, em 1948, e dela o médico brasileiro foi membro até falecer em 1951, durante viagem a trabalho pela própria Organização. E essa não é a única curiosidade sobre a participação do Brasil na trajetória da OMS: seu diretor-geral mais longevo, que esteve à frente da Organização por 20 anos (1953-1973), foi o médico brasileiro Marcolino Gomes Candau. Foi durante sua gestão que a entidade deu início a uma das principais conquistas da história da saúde pública: o Programa Intensificado de Erradicação da Varíola, de 1967, até hoje o único exemplo de ‘extinção’ de uma doença viral no mundo.

Vacinas: cartão de visitas brasileiro

Há anos a expectativa de que o exemplo da varíola se repita ocupa corações e mentes daqueles envolvidos com a Iniciativa Global de Erradicação da Poliomielite (GPEI, na sigla em inglês). De acordo com a OMS, em 2023 as infecções por poliovírus selvagem, causadoras da paralisia infantil, haviam decrescido mais de 99% em comparação com 1988, passando de uma estimativa de 350 mil casos anuais em 125 países endêmicos para 12 infecções em apenas dois países endêmicos – seis casos no Afeganistão e seis no Paquistão.

Para essa “quase erradicação” contribuiu, em muito, a estratégia brasileira adotada nos anos 1980 de organizar dias nacionais de vacinação com o uso de vacinas orais, chamadas ‘tipo Sabin’, em homenagem ao seu formulador – a imunização em massa com essa vacina gerou imunidade de grupo, reduzindo a capacidade do vírus de infectar indivíduos em bolsões de não vacinados. Em três anos de aplicação dessa estratégia, a incidência



FABIANO RODRIGUES POZZEBOM / ABR

Diretor-geral da OMS em visita ao Brasil, com a ministra da Saúde, Nísia Trindade

de pólio foi quase a zero no Brasil, e em 1989 foi finalmente registrado o último caso de infecção.

O sucesso da estratégia fez dela um exemplo, que passou a ser adotado nas Américas através da Opas, tornando este o primeiro continente livre da pólio pelas mãos... de mais um brasileiro: Ciro de Quadros. Sobre ele, o ex-diretor do Instituto Evandro Chagas Francisco de Paula Pinheiro afirma no artigo 'Ciro de Quadros, herói da saúde pública das Américas e do mundo' que em 1986, quando eram muitos os "obstáculos a serem enfrentados", ele "idealizou, organizou e liderou a execução do Programa de Erradicação do Poliovírus Selvagem na América Latina e no Caribe". E o resultado foi logo percebido: "O último caso de pólio por vírus selvagem nas Américas foi diagnosticado no Peru, em 1991. Em seguida, Ciro comandou os esforços para interromper a transmissão do sarampo – o que ocorreu em 2002 – e da rubéola nas Américas", conta o autor.

Além de 'exportar' estratégias de vacinação, desde 2001 o Brasil é fornecedor internacional da vacina de febre amarela, e desde 2007 da vacina contra meningite meningocócica, ambas produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz, instituição pública ligada ao Ministério da Saúde. Em 2022, a esse portfólio de exportação foi incluída a vacina contra a influenza (gripe), através do Instituto Butantan, também público, vinculado ao governo estadual de São Paulo. Através da venda para agências das Nações Unidas, esses produtos são usados majoritariamente na América Latina, Caribe e África. No caso das vacinas pro-

duzidas pela Fiocruz, as cerca de 190 milhões de doses já vendidas permitiram o controle de surtos no Cinturão da Meningite, na África; e de uma epidemia de febre amarela que se iniciou em Angola e chegou até a República Democrática do Congo, em 2016; além de surtos no Paraguai em 2008 e na Argentina em 2021, dentre outros. Pelo Butantan, mais de sete milhões de doses comercializadas – das quais as 5,3 milhões fornecidas em 2023 equivalem a metade da demanda da Opas para o produto.

Em novembro de 2023, a vacina de febre amarela, já exportada para mais de 70 países endêmicos, foi objeto de acordo de transferência de tecnologia pelo qual a Fiocruz transmitirá para a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde Dr. Carlos Malbrán (Anlis), da Argentina, todos os conhecimentos necessários para que o país vizinho produza a vacina em seu território. Dois anos antes, em 2021, o Brasil já tinha sido selecionado pela Opas como *hub* para desenvolvimento tecnológico e produção de um produto recente, uma vacina de RNA mensageiro para Covid-19, projeto da Fiocruz. Para assegurar o acesso equitativo, a vacina, que ainda deverá ser desenvolvida, será oferecida aos estados-membros e territórios da Opas por meio de seu Fundo Rotatório, que fornece vacinas acessíveis há mais de 40 anos na região. Como escopo do projeto, a Fiocruz se compromete a compartilhar seu conhecimento para a produção da vacina com demais laboratórios da região, garantindo a eles a transferência de tecnologia para ampliar a capacidade produtiva regional.

Durante a recente visita do diretor-geral da OMS ao Brasil, foi noticiada a possibilidade de o país produzir vacinas contra a dengue para distribuição regional. Sobre isso, o chefe da Aisa afirmou à Poli que na reunião entre Ghebreyesus e a ministra Nísia Trindade, "a questão da produção de vacina contra a dengue não chegou a ser tratada especificamente". Ghisleni complementa que "há um reconhecimento dessa questão, na medida em que um dos elementos mais importantes da participação do Brasil na saúde global é sua capacidade de inovação e produção de vacinas. Então, está implícito o papel que o fortalecimento da capacidade produtiva e de pesquisa no Brasil vai ter nessa atuação internacional".

A necessidade de acesso a tecnologias e o 'case' da Aids

Contribui para as ações de solidariedade internacional do Brasil, no segmento de vacinas, a existência de laboratórios públicos, como Butantan e Bio-Manguinhos, unidade da Fiocruz. Para a incorporação de novos produtos em sua cesta de exportação, bem como a inovação em novas tecnologias, como a de RNA, existe a estratégia de fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), valorizado na atual gestão do Ministério da Saúde. A aposta é fortalecer e diversificar os arranjos produtivos nacionais, tanto no setor de equipamentos de saúde quanto no farmacêutico, entendendo o SUS como um grande comprador do que o Estado produz – os dados mais recentes da pesquisa do IBGE 'Conta-Satélite de Saúde', de 2019, revelam que naquele ano foram gastos 9,6% do PIB no consumo de bens e serviços de saúde. A importação de bens e produtos de saúde custa cerca de US\$ 20 bilhões por ano ao Brasil, e a proposta de fortalecimento do Ceis busca não apenas reduzir esta dependência, como gerar excedentes de produção para fornecimento de produtos a outros países.

Para Paulo Buss, várias políticas desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde brasileiro, dentre elas as que garantem acesso a medicamentos, podem inspirar iniciativas exitosas em outros países. "O Brasil tem no SUS uma grande experiência de política pública e um excelente tema para a cooperação estruturante, que permite colocarmos à disposição dos países interessados experiências como o PNI, o Saúde da Família, o Farmácia Popular, que dá acesso a medicamentos básicos gratuitos usando inclusive as redes de farmácias privadas, o de Transplantes e o programa de universalização do tratamento gratuito da Aids", lista.

Brasil confrontou indústria farmacêutica para garantir tratamento contra Aids



O último exemplo merece ser destacado. A partir da década de 1990, inicialmente no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e posteriormente também na OMS, o Brasil esteve no centro das negociações para o licenciamento compulsório de medicamentos anti-Aids, a fim de reduzir os valores cobrados pela indústria farmacêutica. Em 2001, o país ameaçou quebrar a patente do Nelfinavir, da Roche. Os EUA entraram com reclamação contra o Brasil na OMC e a diplomacia brasileira atuou para levar o tema para a Assembleia da OMS, fórum que aprovou a resolução prevendo o acesso de medicamentos a pacientes com Aids como um direito humano fundamental. Em paralelo, organizações não-governamentais (ONGs) pressionaram Washington a retirar o processo contra o Brasil na OMC, sob a justificativa de que a postura norte-americana ameaçava a política de combate à Aids. Com a vitória obtida na batalha das ideias e na articulação de ações em diferentes organismos multilaterais, com apoio da sociedade civil, em 2003 o Brasil repetiu a ameaça, agora para o Kaletra, da Abbott. A estratégia permitiu que o Ministério da Saúde negociasse a aquisição desses medicamentos a preços mais acessíveis, o que foi fundamental para a execução da Política Nacional de Aids, que distribui gratuitamente, pelo SUS, os medicamentos para portadores de HIV.

Em 2006, o país foi além da ameaça e, utilizando a flexibilidade prevista no artigo 31 do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), declarou o licenciamento compulsório do Efavirenz, da Merck. A decisão permitiu ao Ministério da Saúde importar versões genéricas do remédio.

Participante das negociações, então como presidente da Fiocruz, Paulo Buss relata na entrevista à Poli que “aquele momento foi decisivo, pois deixamos claro para a empresa que nós sabíamos fazer engenharia reversa e podíamos produzir aquele medicamento. Não apenas é necessária liberação de patente, mas a trans-

ferência da tecnologia de produção, a transferência do processo de conhecimento. Desde aquele momento os países olham para o Brasil como um país que não só ameaça como pode também tomar atitudes concretas e redutoras da desigualdade, quando citamos os produtos utilizáveis à saúde”.

O histórico sobre o HIV ilustra a busca do país por dar sustentabilidade econômico-financeira e segurança de fornecimento ao seu Sistema Único de Saúde, de acesso universal a 214 milhões de pessoas, incluindo o segmento de alta complexidade, com fornecimento, por exemplo, de insumos de alto custo para doenças raras e crônico-degenerativas. De acordo com Buss, a diplomacia em saúde do Brasil tem o potencial de utilizar esses exemplos para colaborar na sustentabilidade dos sistemas de saúde daquele conjunto de países que são seu foco principal de cooperação. “Nós temos falado muito em acesso a tecnologias inovadoras, quando, na verdade, grande parte dos países em desenvolvimento vive a crise ainda dos medicamentos, diagnósticos e outros recursos essenciais. Eu estou me referindo a antibióticos, anti-hipertensivo, anestésicos. Creio que o Brasil deve ser defensor de que sejam equitativamente acessíveis a todos os países do mundo e a todas as populações, aos países pobres, e dentro dos países, aos pobres desses países. Há país rico com pobres sem acesso a esses produtos”, defende.

“**NÓS TEMOS FALADO MUITO EM ACESSO A TECNOLOGIAS INOVADORAS, QUANDO, NA VERDADE, GRANDE PARTE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO VIVE A CRISE AINDA DOS MEDICAMENTOS, DIAGNÓSTICOS E OUTROS RECURSOS ESSENCIAIS”**

PAULO BUSS

Coordenador do Cris/Fiocruz

Diplomacia da Saúde não se restringe à produção

É reducionista, entretanto, creditar apenas à exportação de produtos as ações que destacam o Brasil na diplomacia em saúde. Um exemplo são as ações comunitárias que o país promove através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério de Relações Exteriores. Durante a visita de Estado do presidente da Lula a Etiópia, por exemplo, o Brasil entregou purificadores de água e alimentos – dentre os quais quatro toneladas de arroz parboilizado orgânico e outras quatro toneladas de leite em pó produzidos e doados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) – aos cerca de 385 mil refugiados atendidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na região de Gambela.

No escopo de ação humanitária, inclui-se também a doação de medicamentos e imunizantes. Apenas no último trimestre de 2023, por exemplo, segundo informações do site da ABC, o Brasil doou vacinas contra a febre amarela, antirrábicas e medicamentos antirretrovirais para o Paraguai, 20 mil doses da vacina pneumocócica ao Belize e comprimidos do tenofovir alafenamida, medicamento usado para o tratamento de hepatites virais – 100 mil para Cuba e 200 mil para a Guiné. Ao Uruguai, em dezembro foram doados comprimidos de raltegravir 400mg, usado em infecções por HIV; testes rápidos DDP para o tratamento de leishmaniose visceral canina; frascos de imonoglobulina humana antirrábica e de imunoglobulina anti-hepatite B; além de ampolas de soro antiaracnídico.

No mesmo período – outubro a dezembro de 2023 –, o país desenvolveu uma série de outras ações de cooperação técnica, como a avaliação final do projeto ‘Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose de São Tomé e Príncipe’ e ações de treinamento no âmbito do ‘Programa de Reanimação Neonatal de Moçambique’, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

O Brasil também firmou compromisso para apoiar a implementação do Plano Nacional de Recursos Humanos em Saúde de Angola, por meio da capacitação de profissionais do Ministério da Saúde (MINSa) do país africano. Com o Uruguai, foram assinados quatro projetos: ‘Vigilância e controle de aedes spp. em áreas de fronteira’, ‘Fronteira protegida: iniciativa de prevenção e cuidado do HIV/Aids e da Tuberculose’, ‘Tecnologias assistivas, ciência de dados e inteligência artificial aplicadas à saúde’ e ‘Vigilância e controle de leishmaniose visceral em áreas de fronteira’. Foi também com o apoio da cooperação técnica brasileira que

Formação em Saúde como estratégia de cooperação internacional

A formação de quadros para saúde pública também esteve na pauta da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Etiópia, em fevereiro. Na ocasião, a Fiocruz sugeriu a criação de uma Escola Pan-Africana de saúde pública. A proposta materializa, segundo o coordenador da Cooperação Internacional da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, Carlos Batistella, a orientação do Ministério da Saúde de identificação de atividades com potencial de internacionalização não apenas para a América Latina e Caribe, mas também na África. “A ideia é que devemos ampliar a cooperação no continente africano não apenas entre os falantes de língua portuguesa, sob a ótica de que existem países com perfis sanitários e necessidades muito semelhantes, com os quais o Brasil poderia estabelecer parceria estratégica”, diz.

Nas palavras do chefe da Aisa, Alexandre Ghisleni, “a parte de treinamento e formação de profissionais de saúde é um ponto muito importante do trabalho da Secretaria de Gestão de Trabalho e Educação em Saúde (SGTES) do Ministério, que está envolvida em discussões sobre cooperação internacional”.

A demanda por formação é elevada. “A Opas estima um déficit atualmente de 600 mil profissionais [de saúde] na América Latina e no Caribe. Não é um déficit pequeno, e projetos de formação continuam sendo necessários para que a região atinja o básico, com os sistemas de saúde oferecendo uma atenção primária de qualidade”, exemplifica Batistella. Ele relata que, para contribuir com esse processo, a EPSJV/Fiocruz está atuando em pesquisa para identificar o perfil e a trajetória profissional e de formação dos técnicos de saúde do continente, além de identificar os conteúdos e cursos mais acessados por esses profissionais, para levantar as demandas reprimidas de formação. A EPSJV/Fiocruz é Centro Colaborador da OMS para a Formação de Técnicos em Saúde desde 2004.

o Suriname se tornou o primeiro país da região amazônica sem caso de malária a relatar desde 2021, o que permitiu aos nossos vizinhos receberem, em março de 2023, o prêmio ‘Campeões contra a Malária das Américas’, da Opas.

A Saúde na construção de um futuro multilateral

E o que se espera da atuação do Brasil na presidência do Grupo de Trabalho de Saúde do G20? Atuando nos debates do GT, cujo encontro de cúpula ocorrerá no Rio de Janeiro em novembro, o chefe da Aisa, Alexandre Ghisleni, afirma que a Diplomacia de Saúde do Brasil ocorre em diferentes fóruns multilaterais. De acordo com ele, esse não seria o fórum adequado para tratar,

por exemplo, da flexibilização de patentes de medicamentos, como o Brasil já fez no caso do enfrentamento ao HIV, mesmo que o tema da ‘Equidade no acesso a inovações em saúde’ tenha sido a primeira das prioridades colocadas em discussão no GT pela ministra Nísia Trindade – as outras áreas elencadas pela ministra como as mais importantes foram ‘Prevenção, Preparação e Resposta a pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a saúde’; ‘Saúde digital, para a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde’ e ‘Mudanças Climáticas, facilitando o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias necessárias para enfrentar os impactos da mudança do clima na saúde’. “O GT segue muito a lógica do próprio G20, grupo de países com as maiores economias que se reúnem para tratar de problemas específicos. Nossa ideia é fomentar a criação de uma rede mundial de centros de pesquisa e desenvolvimento que permita impulsionar acordos para suprir falhas de mercado, mas não há previsão de que para dentro desse debate seja abordado o tema específico da propriedade intelectual. Da mesma forma, o tratado sobre pandemias e a atualização do Regulamento Sanitário Internacional, por exemplo, devem ser objeto de análise nos espaços da OMS”, explica Ghisleni.

De acordo com Buss, o Brasil utiliza de sua atual presidência no G20 para atuar como uma espécie de porta-voz dos interesses do Sul global, em benefício de sua estratégia de fortalecer a relação com os países em desenvolvimento. Assim, pressiona também para que os países ricos se comprometam com as necessidades dos países mais pobres. “Um exemplo é a proposta que eu chamo ‘fórmula Haddad/Nísia’ [em referência aos ministros da Fazenda e Saúde], que propõe que se perdoe a dívida externa, uma das grandes questões não tanto no Brasil, mas de países africanos ou

mesmo da Argentina, para que se aplique esse dinheiro em Saúde e também em Educação”, cita.

Outra estratégia, segundo o coordenador do Cris/Fiocruz, é reforçar uma ação interministerial sobre saúde, para que a posição do Brasil sobre o tema esteja presente em diferentes organismos globais. “Todas as agências da ONU têm, em alguma medida, a Saúde como um de seus temas. Unicef, Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), todas elas. É importante que outros ministérios estejam adequadamente articulados com a Saúde quando tiverem que se manifestar sobre o tema na agenda das organizações, sejam agências das Nações Unidas ou também nos diferentes grupos, como G20, BRICS, G77 e outros dos quais o Brasil faz parte”, diz.

Por fim, Buss acredita que a diplomacia brasileira é capaz de estabelecer múltiplas articulações para fazer valer sua orientação de fortalecimento das relações Sul-Sul, em busca de um mundo multipolar. “A tensão sobre as hegemonias política e econômica do planeta não deveria atrapalhar uma cooperação decente e o respeito à soberania dos países. Dessa forma, o Brasil deve defender que a cooperação internacional precisa estar acima das diferenças políticas”, opina. Em sua avaliação, isso pode estar expresso já na apresentação do relatório de Saúde do G20, em novembro. “O texto será fruto das diferentes interpretações dentro do G20, um grupo que possui representação do sul global, como são os casos de Brasil, Argentina, México, Arábia Saudita e África do Sul; do Reino Unido e Estados Unidos, ao lado de outros europeus, além de China e Rússia. Ou seja, há uma organização do G7 dentro do G20 e há uma presença dos BRICS no G20”, detalha. E conclui: “Para que se consigam resultados que venham de consensos, é necessária muita negociação, e eu acho que a diplomacia brasileira tem condições de fazer isso”. ●

DESIGUALDADE DE GÊNERO EM DADOS

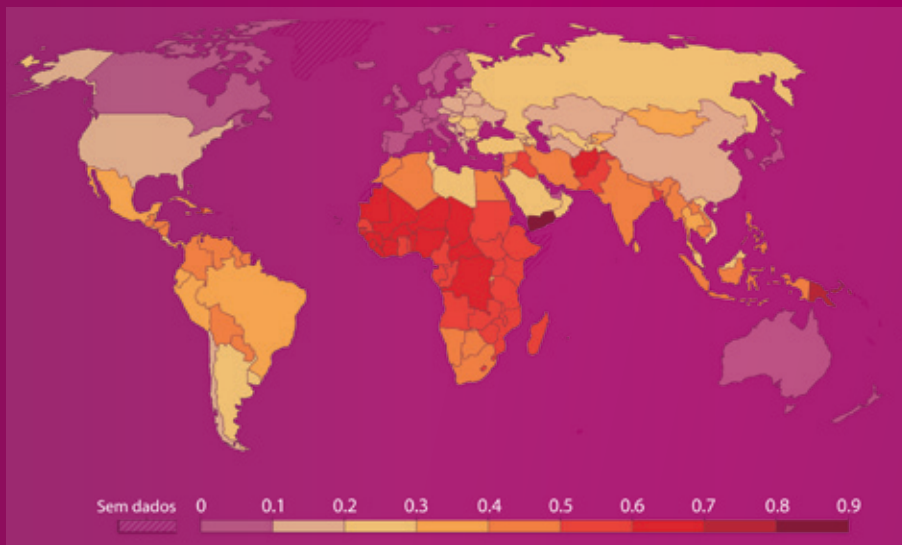
Em referência ao dia 8 de março, quando é comemorado o Dia Internacional da Mulher, preparamos um panorama em gráficos para ilustrar por que é preciso lutar por direitos iguais

2 Desigualdade de gênero no mercado de trabalho

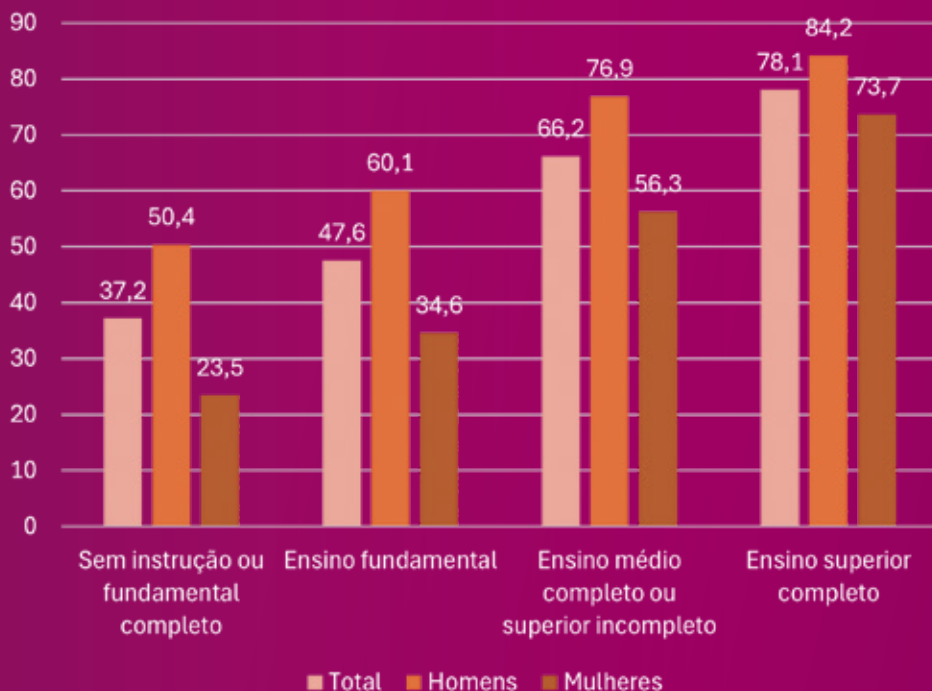
A pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (2023), elaborada pelo IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra uma menor participação feminina no mercado de trabalho em relação aos homens, uma diferença que se acentua quanto menor for o nível de instrução, como se pode ver no gráfico ao lado. As mulheres também estão em maior quantidade entre quem trabalha menos horas do que estão disponíveis e alcançam uma proporção mais elevada de desemprego, informações que compõem o indicador da taxa de subutilização. Por outro lado, não é possível esquecer as desigualdades por cor/raça, como identifica o gráfico sobre remuneração. Os dois últimos gráficos podem ser vistos na parte superior da página ao lado

1 Mapa global

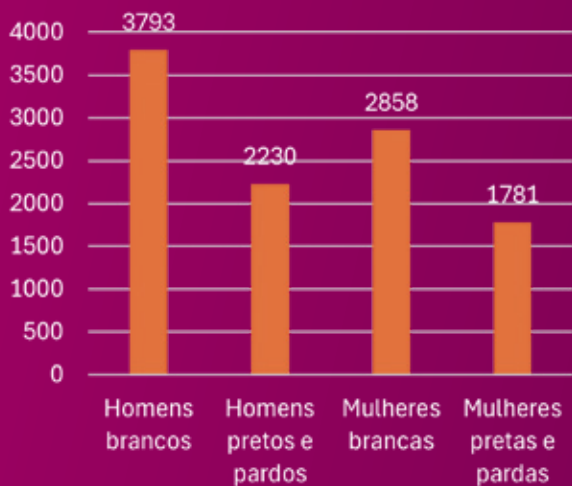
O gráfico acima mostra o Índice de Desenvolvimento de Gênero criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em dados de 2021. Quanto mais próximo a zero, mais igualitário é o país. O cálculo é feito com base em indicadores, como a taxa de mortalidade materna, gravidez na adolescência, grau de instrução, número de mulheres eleitas no Congresso e participação no mercado de trabalho. O índice brasileiro é de 0.39, o que coloca o país em uma posição mais favorável do que a média de outras nações também em desenvolvimento (0.49), mas ainda distante da alcançada pelos mais ricos (0.32).



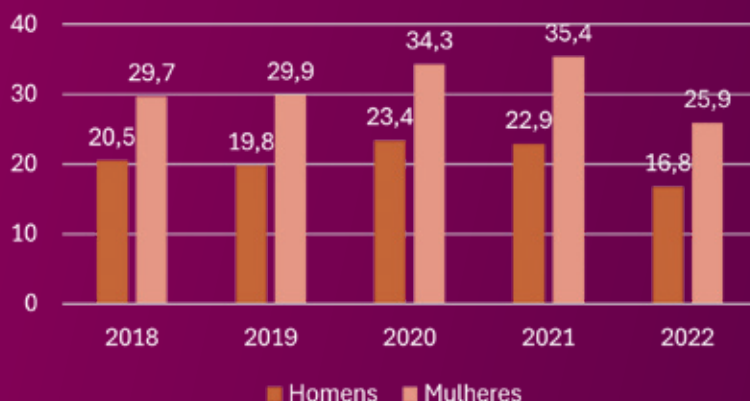
Taxa de ocupação



Remuneração média



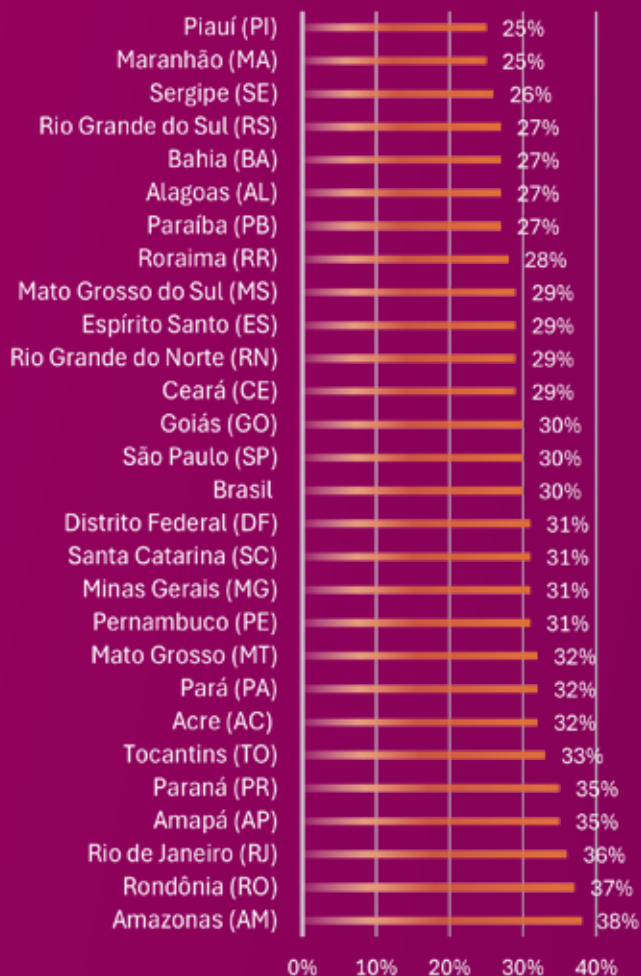
Taxa de subutilização



3 Violência doméstica

Em fevereiro de 2024, o DataSenado divulgou o resultado da 10ª edição da pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em que foram entrevistadas 21.787 brasileiras entre agosto e setembro de 2023. O estudo identificou que 30% das mulheres sofreram violência doméstica provocada por homens no Brasil e a primeira vez que isso ocorreu para grande parte das vítimas foi antes dos 19 anos.

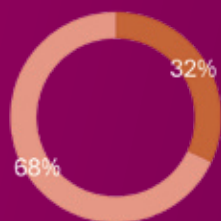
Percentual de mulheres que sofreram violência doméstica



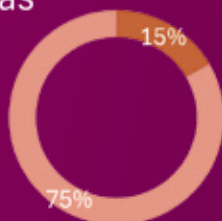
4 Participação na política

Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) evidenciam que, apesar de serem maioria na população brasileira entre eleitores (52%), as mulheres se candidatam pouco e são eleitas em uma proporção ainda menor.

Candidaturas



Candidaturas Eleitas



■ Mulheres ■ Homens



NUM GOVERNO DEMOCRÁTICO, NADA MAIS IMPORTANTE DO QUE RETOMAR O ESPAÇO DAS CONFERÊNCIAS”

Isabela Pinto

O tempo em que os trabalhadores de saúde eram aplaudidos das janelas passou. Antes e depois, o que permanece é uma longa (e antiga) lista de reivindicações por maior valorização profissional, que envolve pautas como melhores salários, plano de carreira, mais concursos públicos para garantir vínculos sem precariedade e formação adequada. Junto da constatação sobre a importância do Sistema Único de Saúde no enfrentamento à pandemia, parte da sociedade brasileira se deu conta também do papel fundamental dos trabalhadores que “fazem o SUS acontecer”. Mas a ironia - ou a tragédia - é que, desde muito antes da chegada do novo coronavírus, estudiosos, militantes e gestores da área alertam que a maioria desses trabalhadores - egressos de instituições de ensino privadas - não são formados para atuar no SUS. É para ampliar o debate sobre esses problemas e discutir coletivamente as melhores soluções que será realizada em novembro a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Nesta entrevista, que abre uma série de reportagens da Poli sobre os eixos da Conferência, a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Isabela Pinto, fala sobre as expectativas em relação ao evento e as principais iniciativas já desenvolvidas nessa área, com um recorte para a situação dos trabalhadores técnicos, que são maioria no SUS.

CÁTIA GUIMARÃES

A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE VAI ACONTECER 18 ANOS DEPOIS DA ÚLTIMA. QUE PRINCIPAIS MUDANÇAS ESSA ÁREA SOFREU NESSE TEMPO? E QUAIS AS PRINCIPAIS EXPECTATIVAS PARA ESSE ENCONTRO TANTO TEMPO DEPOIS?

Fizemos um redesenho completo da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, por causa das perdas que aconteceram nos últimos anos. E, num governo democrático, nada mais importante do que retomar o espaço das conferências. Como você disse, a última conferência que ocorreu, a 3ª, foi em 2006. Se você olhar para as propostas dessa conferência, nós podemos identificar pautas que continuam como problemas crônicos. Portanto, os desafios são agudos. Nós temos ainda grandes questões que precisam ser resolvidas no que tange às pessoas que fazem o SUS acontecer - essa foi a marca de comemoração dos nossos 20 anos [da SGTES], que ocorreu em outubro passado. Com essa conferência, primeiro, vamos alargar o espaço de discussão porque, para o setor saúde, a democracia é fundamental. A questão é retomar esse grande espaço de debate que é a Conferência, trazendo para o diálogo. E esse tem sido o movimento do governo federal, da ministra da Saúde Nísia [Trindade], e o nosso, dentro da SGTES, de convocar os parceiros de diversas instituições. E aqui eu falo de

Conselho Nacional de Saúde, do Conass [Conselho Nacional dos Secretários de Saúde], do Conasems [Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde], das universidades, das instituições de pesquisa, dos movimentos sociais, das entidades representativas dos trabalhadores, como sindicatos e associações. Enfim, a ideia dessa Conferência é trazer essa pauta de discussão e extrair propostas que sejam analisadas também a partir da sua viabilidade. Todo o movimento de debate que nós queremos fazer nas conferências municipais, regionais e estaduais que antecedem a etapa nacional está vinculado à formulação de uma Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação [na Saúde]. Vamos trazer para essa Conferência pautas antigas, como a das carreiras. Há toda uma discussão sobre se devemos pensar numa carreira única no SUS ou carreiras por áreas, como a atenção primária, vigilância etc. Esse é um debate que eu acho que nós precisamos enfrentar analisando todas as condições de viabilidade para que possa ser um modelo útil. Já publicamos, inclusive, uma portaria com uma comissão que incorpora participantes de diferentes lugares para a discussão da carreira e pretendemos ter uma proposta de carreira para ser levada a essas conferências. Nós temos bons

diagnósticos, temos excelentes trabalhos, resultados de pesquisa... Somos um país que avançou no conhecimento no campo da Gestão do Trabalho e da Educação. Temos profissionais qualificados mas continuamos com desafios agudos, com necessidades que nós sabemos que não serão respondidas apenas pela Saúde. Então, a Conferência cumpre esse papel.

O DOCUMENTO DE REFERÊNCIA DA 4ª CONFERÊNCIA FALA DA “DESESTRUTURAÇÃO” DE POLÍTICAS DE “FORMAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO” E CITA, COMO EXEMPLO, AS “CONTRARREFORMAS” TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, QUE VÃO ALÉM DA ÁREA DA SAÚDE. QUAL O IMPACTO DESSAS MEDIDAS SOBRE OS TRABALHADORES DA SAÚDE?

Todas essas são mudanças políticas institucionais que se refletem, claro, também no Ministério da Saúde. Por exemplo, como é que nós podemos avançar, não só nas pautas da Gestão do Trabalho e da Educação mas também em outras, com o congelamento dos gastos trazido pela Emenda Constitucional 95? Nós temos um conjunto de interesses que circulam na saúde, que é um setor de grande importância para o desenvolvimento no país, e como tal, sofreu essas interferências. A perda de direitos trabalhistas interfere no trabalhador e na trabalhadora da saúde. A Reforma Previdenciária e a Reforma Trabalhista interferem no conjunto de ações do setor saúde. Hoje nós temos uma multiplicidade de vínculos e de modelos de gestão e essa discussão precisa estar na agenda governamental para que a gente possa pensar em políticas de valorização dos trabalhadores. Hoje o Sistema Único de Saúde não é conformado apenas de servidores públicos concursados, temos diferentes formas de vínculos, muito facilitadas por esse incremento no processo de terceirização, com fragilidade nos vínculos trabalhistas. Isso rebate fortemente na Saúde. Nós tivemos, durante esse período referido no documento, por exemplo, a extinção das Mesas de Negociação, espaço fundamental para a discussão entre a bancada de gestores, a bancada representada por prestadores, usuários e trabalhadores. Nós já tínhamos uma situação de fragilidade em relação às trabalhadoras e trabalhadores, aos vínculos, às condições de trabalho, mas fomos atravessados por uma pandemia. E se nós quisermos citar oportunidade na crise [sanitária da Covid-19], [vale mencionar] a visibilidade que foi dada à importância não só de se ter investimento no sistema público de saúde, mas também do papel das trabalhadoras e trabalhadores de saúde. É isso que nós temos que tirar como legado dessa pandemia e como aprendizado: não é as trabalhadoras e trabalhadores serem vistos

apenas como heróis nesse processo, eles têm que ser vistos como uma pauta fundamental para que a gente avance, não só no sistema de saúde, mas no desenvolvimento desse país. A ministra tem dito isso: Saúde não é apenas uma política social, é uma política de desenvolvimento. Nós temos feito esse movimento, ido a estado por estado, reunindo com todos os gestores, os secretários municipais de saúde, trazendo a importância de discutir e de pautar a gestão do trabalho.

A SENHORA ESTÁ FALANDO PELO GOVERNO FEDERAL, MAS A MAIORIA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NA PONTA DO SISTEMA SÃO VINCULADOS DIRETAMENTE AOS ESTADOS E, PRINCIPALMENTE, AOS MUNICÍPIOS. ESSE MOVIMENTO TEM TIDO UMA BOA RECEPTIVIDADE NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS?

Olha, esse é o nosso propósito. Claro que se você olhar 5.568 municípios, tem uma grande desigualdade, inclusive orçamentária. Então, nós entendemos também todo o desafio que está envolvido na vida desses gestores. Nós sabemos que, por maior vontade que tenham de expandir a assistência à saúde, de ampliar o número de unidades de saúde, eles precisam das equipes e têm também uma responsabilidade como gestores, por exemplo, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós podemos dizer, por exemplo, que a ampliação da contratação [de profissionais de saúde] por OS [Organizações Sociais] hoje é por simples desejo do gestor? Não, ele faz isso também como estratégia para ampliar a assistência e atender a população. Por isso o diálogo precisa ser muito próximo, porque eu preciso sentar com o gestor e identificar quais são as dificuldades, especificidades e singularidades, não posso generalizar. Outro trabalho que estamos fazendo também com apoio dos institutos e pesquisadores é analisar em detalhes cada um desses

modelos de gestão. Por exemplo, se estou falando de valorização dos trabalhadores, eu preciso ajudar os gestores a qualificar os contratos de gestão que eles vão fazer com as OS. Se o Estado contrata, ele precisa regular melhor essa relação, o que significa também olhar essas relações contratuais [e pensar] de que forma nós podemos imprimir nesses contratos regras e cláusulas que possam ser favoráveis ao trabalhador. Nós não vamos achar uma única solução e essas soluções só serão encontradas junto a esses gestores, nas discussões com o Conasems sobre quais são as possibilidades que nós temos dentro desse leque. Recentemente o TCU, Tribunal de Contas [da União], fez um grande seminário cujo título era ‘O processo de qualificação das Organizações Sociais’, sendo esse modelo o que parece oferecer maior segurança para os gestores, porque está mais debatido. Então, a maior opção feita hoje, sem dúvida, é contrato por OS. Eu estive lá participando desse debate. O Tribunal de Contas trouxe essas reflexões de que a gente precisa sim qualificar as relações contratuais e, nesse processo de discussão, trazer como um elemento importante a gestão do trabalho, que é a qualificação dos trabalhadores. Sabemos das dificuldades dos gestores, não acreditamos numa solução única diante das diversidades desse país e queremos fazer esse processo de discussão. Por exemplo, a nossa equipe está mapeando no Brasil inteiro quais são os municípios ou estados que têm carreiras e com que características. Nós estamos analisando justamente porque não dá para pensar uma proposta sem pensar nas condições reais, se elas podem ou não se realizar. Essa clareza a gente precisa ter, se não vamos continuar com bons diagnósticos, mas com pouca implementação.

OS TRABALHADORES TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO SÃO A MAIORIA NO SUS. O DOCUMENTO DE REFERÊNCIA DA CONFERÊNCIA MENCIONA ESSES TRABALHADORES MAS NÃO APRESENTA NENHUMA QUESTÃO, PROPOSTA OU PERGUNTA MOBILIZADORA QUE DIGA RESPEITO ESPECIFICAMENTE A ELES. QUERIA QUE A SENHORA FALASSE SOBRE AS INICIATIVAS, PROGRAMAS E POLÍTICAS VOLTADAS A ESSE CONTINGENTE DE PROFISSIONAIS QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS OU PLANEJADAS PELA SGTES.

Eu acho que o documento, que foi elaborado com a intensa participação do Conselho Nacional de Saúde, precisa ser enxuto, porque tem toda uma exigência em relação a número de linhas e tal. Acho que é bom esse retorno seu, quando você diz “senti falta de uma menção mais detalhada em relação à formação técnica de nível médio”. Você está coberta de razão. Além do investimento que fizemos para a formação técnica dos agentes comunitários [de saúde] e agentes de combate a endemias, tem um investimento nosso para o fortalecimento das Escolas Técnicas [do SUS] e de Saúde Pública. A SGTES tem feito um movimento intenso de apoiar técnica e financeiramente essas Escolas para uma atuação mais forte que elas precisam ter dentro do Sistema Único de Saúde. Elas terão participação na formação dos agentes, toda a formação de preceptoria, um curso de especialização será dado pelas escolas, coordenado pela [Escola Politécnica de Saúde] Joaquim Venâncio. Nós temos apoiado também o Observatório dos Técnicos, que fica também na Joaquim Venâncio. E [estamos fortalecendo] a RET-SUS. Além disso, estamos com vários projetos dentro da SGTES para formação, por exemplo, do TSB, os técnicos de saúde bucal, e para saúde indígena. Também é importante a gente ressaltar que no debate e avaliação do primeiro curso do ‘Saúde com Agente’ [de formação técnica de ACS e ACE], que passa a se chamar ‘Mais saúde com Agente’, essa discussão com as Escolas foi fundamental

para inserir, inclusive, conteúdo programático que não estava contemplado, a exemplo da saúde mental e da equidade.

AS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS SÃO VINCULADAS ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SEMPRE DEPENDERAM MUITO DE PROGRAMAS NACIONAIS DE FOMENTO DO GOVERNO FEDERAL. A SGTES ESTÁ PREVENDO PROCESSOS DE FORMAÇÃO MASSIVA DE TÉCNICOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELAS ETSUS?

Não se pode dizer que serão só essas escolas, mas envolvendo essas escolas, sim. E muito importante também é o movimento que nós estamos fazendo de identificar necessidades para fortalecer essas escolas. Por exemplo, algumas têm nos pedido ajuda para [implantação e desenvolvimento da] secretaria acadêmica. Então, um dos movimentos que a nossa equipe está fazendo é diagnosticar a situação de cada uma das Escolas Técnicas para dar apoio técnico e financeiro, para fortalecê-las. Porque, se nós fortalecemos as condições de funcionamento, estamos abrindo muitas possibilidades de atuação dessas escolas. E é isso que a gente quer: que a formação técnica seja feita pelas escolas [técnicas do SUS].

“

ENTENDO QUE TODA FORMAÇÃO, SEJA ELA TÉCNICA, GRADUADA OU PÓS-GRADUADA, **TEM QUE ATENDER ÀS NECESSIDADES DESSE GRANDE EMPREGADOR QUE É O SUS”**

EXISTE HOJE UM DIAGNÓSTICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOBRE QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DEMANDAS PARA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS NO PAÍS? A SENHORA CITOU O TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL E DE SAÚDE INDÍGENA...

Esse processo não está finalizado. Já temos analisados todos os dados que estão sendo levantados pela SGTES em relação às escolas. Eu citei duas demandas concretas, que já chegaram e foram discutidas, inclusive, em parceria com a SAPS [Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde]. Esses dois são ações em andamento. A equipe do Deges [Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da SGTES] está levantando escola por escola. Todos esses movimentos são de discussão com as equipes, com as

direções ou coordenações, para identificar [as demandas] e fazer o investimento considerando a real necessidade dessas escolas. Estamos retomando com força o papel das Escolas Técnicas.

O DOCUMENTO-BASE DA CONFERÊNCIA AFIRMA QUE É “CRUCIAL REVER O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM TODOS OS NÍVEIS A FIM DE PROMOVER A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMISSO SOCIAL COM O SUS”, REFORÇANDO UMA COMPREENSÃO ANTIGA DE QUE A MAIOR PARTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NÃO É FORMADA PARA CONHECER E ATUAR NO SISTEMA PÚBLICO. O MINISTÉRIO DA SAÚDE TEM DIAGNÓSTICO SOBRE A QUALIDADE E A ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AO SUS?

Primeiro, eu quero concordar com o que está exposto lá na Constituição, de que cabe ao SUS ordenar a formação de recursos humanos [para o SUS]. Então, entendo que toda formação, seja ela técnica, graduada ou pós-graduada, tem que atender às necessidades desse grande empregador que é o SUS. O que nós estamos fazendo em relação a isso? O primeiro movimento, em março do ano passado, foi retomar e discutir junto ao Ministério da Educação, numa reunião em que estiveram os dois ministros e secretários. Em seguida, um decreto presidencial [nº 11.440, de 20 de março de 2023] é assinado pelo presidente Lula, dando a essa comissão interministerial exatamente o poder de discutir as questões relativas à Educação e à Saúde. Essa comissão interministerial tem um papel fundamental, de discutir a abertura de novos cursos de saúde, de você sabe que foi um processo completamente desregulamentado ao longo dos anos. Participa dessa comissão, inclusive, o Inep [Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], que avalia os cursos, e estamos trazendo para discussão temas que não podem estar ausentes

dos currículos da área de Saúde. Um desses exemplos é o tema da equidade. Nós lançamos no ano passado o TEC Equidade. O que é isso? É trazer para dentro dos cursos de graduação discussões que não podem mais ser adiadas, é sentar [para conversar] com todos os programas de pós-graduação, residência, mestrado, doutorado, mestrados profissionais... Esse é o movimento que temos feito desde o ano passado, numa proximidade intensa com o Ministério da Educação. O Conselho Nacional de Educação já desencadeou o processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de medicina e essa é uma revisão da qual nós não podemos estar ausentes, justamente para que a gente não fique repetindo que não se forma profissionais para o SUS. Estamos ativos no debate desse processo, mas nós queremos também ter componentes curriculares que não sejam apenas optativos e sim obrigatórios, para que todos os estudantes possam sair com um perfil adequado. Esse é um movimento que tem sido muito bom de proximidade e diálogo com o MEC. Entre outras estratégias, estamos discutindo a Política Nacional de Residência Médica e Multiprofissional, faz parte dessa discussão também esse debate sobre o processo formativo. Estamos discutindo também no MEC, com a secretaria que cuida da formação técnica, com as instâncias que tratam da pós-graduação e da graduação. Além de outras ações que serão lançadas, a exemplo do Vivências do SUS, que quer alcançar estudantes e também docentes. A formação docente é outro investimento importante que a SGTES está fazendo. Então, são múltiplos olhares para esse grande desafio que nós estamos encarando, sem dúvida nenhuma, para assumir o papel que está posto na nossa Carta Magna, que é ordenar a formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde.

“

O ZÉ GOTINHA HOJE É UMA CELEBRIDADE NACIONAL”

PRINCIPALMENTE A PARTIR DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, O PAÍS VIU CRESCER O DISCURSO NEGACIONISTA NA SAÚDE, INCLUSIVE ENTRE PROFISSIONAIS DA ÁREA. O CASO MAIS EMBLEMÁTICO É O DOS MÉDICOS - O EXEMPLO MAIS RECENTE É A PESQUISA DE OPINIÃO QUE O CFM REALIZOU PARA SABER A ‘OPINIÃO’ DA CATEGORIA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA VACINA DA COVID-19 EM CRIANÇAS. E UMA DAS PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE HOJE É RECUPERAR A COBERTURA VACINAL NO BRASIL. A SGTES TEM PROPOSTAS OU ESTRATÉGIAS PARA INCIDIR ESPECIFICAMENTE SOBRE A FORMAÇÃO DOS MÉDICOS?

Sem dúvida. Eu acho que talvez uma das primeiras frases que a ministra fez questão de ressaltar é que a ciência voltou, que nós precisamos estar pautados em evidências científicas para tratar e retomar essa questão seríssima, que é a imunização. Eu acho que temos conseguido. Toda a campanha que temos feito em defesa da imunização e da importância das vacinas, com a própria ministra buscando apoio das entidades [tem surtido efeito]. Você viu quantas outras entidades se manifestaram em relação a essa consulta que foi lançada pelo CFM, quantas outras instituições se pronunciaram a esse respeito? Então, eu acho que a gente tem um crescimento muito grande da credibilidade da sociedade em relação à importância das vacinas. Eu acho que tem que ter um investimento enorme do Ministério da Saúde para retomar e trazer a visibilidade que o nosso Programa Nacional de Imunizações merece. E nós estamos fazendo isso também para dentro dos processos formativos, para a conversa com cada uma das equipes de saúde, para a formação de nível médio, para a formação de nível superior. Recentemente, estamos com todo um trabalho de comunicação sobre a vacina da dengue. O trabalho da nossa equipe de comunicação em relação ao problema de imunização e à importância das vacinas tem que ser ressaltado. O Zé Gotinha hoje é uma celebridade nacional. Os ministérios da Saúde e da Educação estão investindo no programa ‘Saúde nas Escolas’. Nós estamos com o EdPopSUS [Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde], que é formação para agentes populares, uma estratégia importantíssima para levar o SUS a cada lugar desse território brasileiro. Minha avaliação é que hoje nós estamos construindo um novo olhar nessa sociedade para a importância desse programa e da vacina para a vida da população brasileira.

QUERIA, POR FIM, QUE A SENHORA COMENTASSE AS PRINCIPAIS MEDIDAS LANÇADAS NA SUA GESTÃO À FRENTE DA SGTES.

Eu não posso falar de trabalho se não falo de formação. E quando falo de valorização, eu falo sim de remuneração, de condições de trabalho, de qualificação desses trabalhadores para o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Então, na perspectiva da Educação e do Trabalho, eu não posso desvincular essa articulação do meu Programa de Equidade de gênero, raça, etnia. O Programa de Equidade foi lançado no dia 8 de março do ano passado para tratar dessas questões que muitas vezes não são discutidas com a profundidade que merecem. Hoje nós estamos também articulando com os movimentos sociais, com estudos das universidades... Temos um investimento de quase R\$ 17 milhões em projetos que vão dar conta de incluir nas pautas dos cursos essa temática. O nosso debate sobre a curricularização está muito intenso. Em relação à valorização da questão do trabalho, estamos realizando a discussão de carreiras, estamos com a Mesa de Negociação em curso, estimulando mesas de negociação nos estados e nos municípios... Além disso, a SGTES participa de toda política de formação das demais secretarias [do Ministério da Saúde]. Temos investido também nas nossas relações internacionais. Uma coisa importante: inserimos na pauta de discussão do G20 a área da Gestão do Trabalho e da Educação, estamos trazendo para a Conferência o 1º Fórum Internacional de Recursos Humanos das Américas, vamos trazer os países para discutir conosco. O nosso movimento é de que essa pauta seja prioritária não só na agenda governamental brasileira, mas também extrapolando fronteiras, que seja uma pauta de discussão global. ●

Política Nacional de Saúde Bucal completa 20 anos

Brasil Sorridente significou ampliação da assistência, criação de laboratórios públicos e centros especializados de atendimento, mas cobertura segue insuficiente

JULIANA PASSOS

Falar, sorrir, beijar, mastigar, engolir, gritar: talvez você não saiba, mas todas essas ações cotidianas têm diretamente a ver com a saúde bucal. É consenso entre os especialistas da área que uma boa saúde bucal vai muito além da estética. Envolve um bom encaixe de dentes superiores e inferiores para que possamos mastigar com tranquilidade e sem dores, o uso adequado de próteses que reponham dentes eventualmente perdidos e a ausência de lesões em outras partes da boca, como a gengiva, lábios, bochecha e língua, que podem causar no futuro um câncer bucal. Foi para ampliar o acesso aos serviços de saúde bucal e garantir esse cuidado integral que nasceu a Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), que está completando 20 anos.

Iniciada em 2004 e responsável por um salto na assistência odontológica pública no país, a Política, mais conhecida como 'Brasil Sorridente', foi organizada em quatro linhas gerais. A primeira delas foi incluir equipes de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família (ESF), que são responsáveis pela atenção básica, aqueles profissionais que atuam na unidade de saúde mais próxima da sua casa. Mas a iniciativa também investiu em atenção especializada, com a criação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), que são responsáveis por procedimentos como tratamentos de canal, diagnóstico de câncer de boca, colocação de aparelhos ortodônticos e confecção de próteses dentárias, inclusive as totais, popularmente conhecidas como dentaduras. Num processo que vai além do sistema de saúde propriamente, a Política apontou ainda a necessidade de se ampliar a fluoretação nas redes de abastecimento das águas, procedimento previsto em lei desde a década de 1970 e recomendado também pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como forma de evitar cáries e fortalecer os dentes. E, por último, destacou a importância das ações de vigilância,

JOEDSON ALVES / ABR



Aumento do número de técnicos em saúde bucal é essencial para a ampliação do acesso

realizadas por meio de monitoramentos de indicadores de saúde bucal e estudos epidemiológicos. “O Brasil é um país pioneiro e faz escola nesse desenho de inserção de saúde bucal, junto à Saúde da Família, de maneira interprofissional, e distribuído nos diversos pontos da rede”, diz Daniela Carcereri, professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para se ter uma ideia, em 2003, ano anterior ao início da Política, existiam seis mil equipes de saúde bucal inseridas na Estratégia Saúde da Família, atualmente esse número é superior a 30 mil. A quantidade de CEO saiu de 100 e ultrapassou mil unidades, enquanto os laboratórios de próteses eram apenas 36 e hoje somam mais de três mil. Os dados são do artigo ‘Política de Saúde Bucal no Brasil: transformações e rupturas entre 2018-2021’, publicado em 2023 na revista *Ciência e Saúde Coletiva*. Em relação à fluoretação, o avanço foi mais tímido. Em 2008, 60% dos municípios adotaram a medida, enquanto em 2017 eram 62%, de acordo com a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) realizada pelo IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apesar dos avanços, a oferta de saúde bucal pública alcança 46% da população.

Para o ano de 2024, o governo federal anunciou investimentos de R\$ 3,8 bilhões para a Saúde Bucal, valor que representa mais do que o dobro do ano anterior e uma meta de ampliação da cobertura da assistência para 62% na Atenção Básica e Especializada ainda este ano. Os novos valores para os diversos níveis de atenção estão publicados na Portaria 1.924/2023, que atualiza repasses praticados desde 2017. Na Atenção Básica, por exemplo, o valor mensal destinados às Equipes de Saúde Bucal foi ampliado em 74% e as faixas variam de R\$ 2 mil a R\$ 7 mil, a depender da carga horária e da modalidade das equipes. Já o custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológica, de responsabilidade de estados e municípios, teve reajuste de 188%. Existem três modalidades de CEO e os repasses variam de R\$ 23,1 mil a R\$ 53,9 mil.

As medidas marcam a retomada do Programa ‘Brasil Sorridente’ e significam também a reinclusão de indicadores de saúde bucal na Atenção Básica como critério para repasses de recursos nas diversas esferas de atuação. No último governo, conforme as portarias editadas pelo Ministério da Saúde 3.222/2019 e 102/2022 o único indicador analisado ficou limitado ao atendimento à gestante, e agora voltaram a abranger a população como um todo e ações de promoção à saúde. “O trabalho das equipes de promoção da saúde no território, nas escolas, tudo isso foi deixado de lado e o atendimento clínico passou a ser o único valorizado”, diz Carcereri.

Para a professora, outro indicador deveria servir para avaliação da política: o da capacidade de integração das equipes das diversas áreas da Saúde da Família. No entanto, a maneira como isso seria feito ainda precisa ser formulada. “Essa integração precisa ser avaliada, porque é o caminho seguro para a qualificação dessa Política”, diz com base nos estudos qualitativos que têm conduzido. “Os melhores resultados foram nas unidades de saúde que têm o mesmo número de equipes de ESF em relação às de saúde bucal [a chamada proporção um para um], equipes com vínculo de trabalho superior a um ano, e com uma estrutura de sistema de informação que possibilitasse a integração da saúde bucal de uma maneira mais fácil”, completa. Como exemplo da importância da atuação conjunta, ela cita as doenças bucais que podem acometer uma família como um todo ou mesmo um determinado território. Esse é o caso das cáries, doença que pode evidenciar tanto a ausência de higiene bucal, como a falta de escovas e pastas de dente ou abastecimento de água ou água fluoretada.

Consolidação

Em maio de 2023, houve uma vitória importante para o avanço da Política: sua inclusão na lei orgânica do SUS. Com a mudança, a oferta dos serviços previstos na PNSB pelos municípios passa a ser obrigatória e não mais por adesão mediante incentivos financeiros do governo federal, como era antes. “Daqui em diante, nenhum município pode deixar de cumprir essa lei, já identificada como ‘Lei da Saúde Bucal’ no SUS”, diz Paulo Capel Narvai, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP). Para o professor, a ausência da saúde bucal na lei orgânica era uma brecha da legislação que permitia a não oferta da assistência odontológica pública. A professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Andrea Vargas completa: “Agora é uma política de Estado, então todo mundo vai ter que se organizar para garantir a oferta de saúde bucal na atenção primária, secundária - atenção especializada - e terciária”, diz.

Antes da criação do SUS, o Sistema Único de Saúde, o serviço odontológico, assim como todo serviço relacionado à saúde, era oferecido apenas para os trabalhadores que contribuíam para a previdência social e seus dependentes pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), mais tarde incorporado ao SUS, e por alguns estados e municípios de forma isolada. A maioria dos atendimentos era feita em consultórios privados. “Naquele contexto, o Inamps ainda era o principal prestador de serviços de assistência à saúde, inclusive odontológica, no âmbito federal, e fazia isso por meio de serviços próprios, consultórios e clínicas

privadas credenciados e alguns poucos convênios com municípios”, recupera Narvai. Ele acrescenta que em algumas poucas cidades, principalmente nas capitais estaduais, havia programas dirigidos a gestantes e crianças da pré-escola. “Com a organização do SUS, tendo os municípios à frente desse processo, era indispensável que eles se ocupassem também da assistência odontológica. Mas isso não aconteceu rapidamente como era necessário, pois esse período foi marcado por muitas dificuldades para que a saúde bucal fosse, efetivamente, incorporada nos processos de planejamento e na reorganização em curso nos sistemas locais de saúde”, completa o professor.

A primeira mudança de maior peso, de acordo com Carcereri, ocorreu em 2000, por pressão da categoria de cirurgiões-dentistas, que enxergou o SUS como um espaço de empregabilidade. “Nesse ano, o governo inseriu timidamente a proporção de uma equipe de saúde bucal para duas equipes de saúde da família. Em 2004 foi quando nós [a saúde bucal] aderimos à Estratégia de Saúde da Família verdadeiramente”, diz. Narvai também considera que em 2004 houve mudanças substanciais. “A política de Saúde Bucal no SUS seguia com grandes dificuldades para se consolidar em todo o país. E só alcançou um outro patamar com a criação do ‘Brasil Sorridente’, como ficou conhecida a Política Nacional de Saúde Bucal, responsável por reunir as diretrizes propostas nas conferências [nacionais de saúde bucal]”, avalia. Pontuando que as políticas anteriores estavam limitadas à prevenção, a professora da UFSC contextualiza: “Em 2004, tivemos a 3ª Conferência de Saúde Bucal, a divulgação do levantamento epidemiológico de saúde bucal mais recente da época e um governo com vontade política. Essa confluência de fatores de amadurecimento que havia na área proporcionou então a publicação das diretrizes da política do setor”. E ela cobra que, junto com a divulgação do próximo inquérito nacional sobre saúde bucal, seja feita uma nova conferência nacional da área. “A última foi realizada em

2004 e é uma lacuna. Precisamos avaliar a integração das equipes, mostrar o impacto desse modelo na saúde e na vida das pessoas, porque é um modelo que exige um investimento, a saúde é feita de recursos humanos, então temos que investir em contratação de técnicos, contratação de auxiliares, contratação de dentistas, senão a gente não vai conseguir avançar”, argumenta.

Um retrato epidemiológico

Os dados nacionais mais recentes sobre quantidade de cáries por faixa etária e outros indicadores, como a necessidade de dentaduras, só serão conhecidos no final do primeiro semestre deste ano, de acordo com Andrea Vargas, coordenadora da pesquisa mais ampla sobre o tema no país, a SB Brasil, que deve concluir a coleta de dados até 31 de março – o inquérito estava previsto para ser realizada em 2020, mas sua execução atrasou, entre outros fatores, por conta da pandemia. Em análises preliminares, Vargas avalia que a ampliação do acesso aos serviços públicos e a adoção de medidas de prevenção em função do ‘Brasil Sorridente’ devem mostrar um avanço na qualidade da saúde bucal em relação à pesquisa anterior, que foi feita há 14 anos. Mas ela também pondera que os dois anos de pandemia podem ter gerado alguns revezes. “Vamos avaliar agora qual foi o impacto da pandemia. Mesmo assim, eu acredito que para os adultos e idosos, pode ter havido uma diferença boa. No caso das crianças, a expectativa também é positiva porque elas nasceram em outro patamar, com o programa ‘Saúde na Escola’, que faz prevenção, com aconselhamento para os pais e então, a gente acredita que isso pode ter contribuído para uma melhora dos números também”, aposta.

O último inquérito nacional de saúde bucal, realizado em 2010, seis anos depois do lançamento da Política, mostrou avanços na diminuição do número de cáries e perda dentária. Naquele ano, 43,5% das crianças de 12 anos tinham dentes livres de cárie, enquanto entre adolescentes a taxa caía para 24%. Já em 2000, apenas 30% das crianças com 12 anos estavam livres de cáries, enquanto entre os adolescentes esse índice era de 10%. “Esse levantamento mostrou uma redução expressiva na quantidade de cárie em crianças de 12 anos, mas ao mesmo tempo nós já tínhamos adolescentes de 14 e 16 anos com perda dentária. Não podemos conceber que um adolescente esteja perdendo dentes no Brasil”, diz Daniela Carcereri. Na faixa dos 35 aos 74 anos, a taxa era inferior a 1%, o que evidencia dificuldades na assistência. Os especialistas apontam que o acesso a procedimentos de restauração, implantes e próteses e um acompanhamento das Equipes de Saúde da Família mais frequente para promover cuidados de rotina levaria à diminuição da perda dentária da população, em especial para adultos e idosos.

Atividades de promoção da saúde bucal são consideradas fundamentais para a integralidade do atendimento



Desafios na cobertura

Ao longo dessas duas décadas, o 'Brasil Sorridente' também trouxe expansão em procedimentos especializados. Em 2003, o SUS distribuiu 79 mil próteses, enquanto em 2021 foram 618 mil. Já a quantidade de tratamentos de canal subiu de 400 mil para o recorde de 685 mil em 2012. Nos anos seguintes houve algumas variações, mas a maior veio com a pandemia. Em 2021, esse tipo de tratamento alcançou uma das taxas mais baixas: 380 mil. Os dados, mais uma vez, foram retirados do artigo 'Política de Saúde Bucal no Brasil: transformações e rupturas entre 2018-2021'.

Embora o perfil epidemiológico mais completo em relação à saúde bucal e o balanço dos efeitos da Política só possam ser conhecidos com a divulgação da SB Brasil, algumas análises são antecipadas pelas pesquisadoras entrevistadas. A primeira delas é a necessidade de aquisição de equipamentos básicos para a realização de procedimentos simples na própria Atenção Primária. "A maior parte das unidades básicas de saúde não dispõe nem de aparelho de raio-x, presentes quase exclusivamente nos centros regionalizados [CEO]", afirma Carcereri. A pesquisadora acrescenta que a presença desse equipamento básico permitiria a realização de uma maior quantidade de procedimentos simples, como o tratamento de canal – o que ocorre quando o dente sofre algum dano na polpa do dente, seja por cárie grave ou fratura.

Se por um lado, Andrea Vargas entende que a atuação da Atenção Primária poderia realizar mais procedimentos, uma vez que há uma grande demanda nos centros especializados, por outro, a professora da UFMG avalia que é preciso mais diálogo entre as equipes. "Não há uma conversa, a não ser em alguns locais do Brasil, uma referência e contrarreferência. A equipe da Atenção Primária faz o encaminhamento para a atenção secundária, e a secundária, depois que realizou os procedimentos, deveria voltar para atenção primária mostrando o que foi que aconteceu, o que essa pessoa precisa. Isso não acontece ainda, a pessoa acaba ficando perdida na Atenção Secundária", critica.

Ela lembra ainda que o fornecimento de próteses, em especial das totais, as populares dentaduras, é outra responsabilidade ainda pouco assumida pela Atenção Básica, uma novidade que apareceu com a Política Nacional. "Eu acho que se a gente conseguisse implementar pelo menos a prótese nessa etapa, já seria um grande ganho para a população adulta e idosa", diz, ressaltando que a perda de dentes traz consequências importantes, como o prejuízo da digestão, diante da dificuldade de mastigar bem os alimentos, o que leva a seleção de alimentos mais macios. "Nem sempre esses alimentos têm os nutrientes necessários e a diminui-

ção de proteínas e vitaminas sempre impacta a saúde, o que é especialmente preocupante entre os idosos", enfatiza a professora da UFMG.

No entanto, a lista de dificuldades para a produção dessas próteses não é pequena. "Os municípios, principalmente do interior, não têm cirurgião dentista qualificado para fazer ou não se dispõe porque há dificuldades para criar os próprios laboratórios regionais de prótese dentária, seja pela ausência protético no local ou pela dificuldade de se fazer contratos com laboratórios privados, por causa de valores e da qualidade", enumera Vargas. A dificuldade de confecção das próteses também passa pela quantidade do número de consultas exigidas até o ajuste do paciente à dentadura, essa última uma das etapas mais difíceis.

Embora destaquem a importância de se garantir próteses a quem precisa, os entrevistados lembram que o ideal seria a redução da perda dentária e, consequentemente, da necessidade de dentaduras. E aqui mais uma vez a incorporação de novas tecnologias é entendida como uma discussão fundamental. Sônia Chaves, professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA) pontua que a entrega de dentaduras acaba sendo uma solução mais rápida para a perda dentária, enquanto deveria haver um trabalho maior para realização de tratamentos dentários e implantes, uma vez que a modalidade fixa dos dentes e dentaduras são mais confortáveis. "É preciso aproveitar mais os dentes, ainda que precisem de restauração, ao invés de destruí-los para colocar um apoio", diz. Para isso, ela vislumbra a adoção de tecnologias já existentes, mas ainda restritas a consultórios privados e que exigem um alto custo. "Há impressoras 3D capazes de produzir próteses, em especial de dentes individuais. Essas próteses são de maior qualidade e produzem mais saúde e devem baratear. Então, essa é uma questão que a gente vai ter que enfrentar futuramente", avalia.

FREEPIK

Confecção de próteses na Atenção Primária poderia facilitar distribuição de dentaduras



Apesar de alguns números terem avançado, ainda há um longo percurso para ampliar a cobertura da assistência para a totalidade da população, tanto na Atenção Primária quanto na Especializada. Uma das soluções apontadas para ampliar a capacidade de atendimento é uma proposta antiga e já prevista pela Política Nacional: uma maior integração do trabalho, a ampliação das equipes e a maior participação de técnicos de saúde bucal.

O papel dos técnicos em Saúde Bucal

Cada equipe de Saúde da Família é responsável por no máximo quatro mil usuários dos serviços de saúde, sendo três mil a média recomendada pela Estratégia de Saúde da Família. A formação mínima indicada é de um médico e um enfermeiro, generalistas ou especialistas em Saúde da Família, um auxiliar ou técnico de enfermagem e um agente comunitário de saúde. Com a inclusão das equipes de saúde bucal na mesma proporção da ESF, a composição mínima prevista é a de um cirurgião-dentista e um técnico ou auxiliar de saúde bucal. De acordo com dados do Censo de 2022, mais da metade dos municípios têm até 20 mil habitantes, o que indicaria até seis equipes de cada modalidade por município.

Assim como as Equipes de Saúde da Família podem prever uma quantidade maior de profissionais, a saúde bucal possui duas modalidades de composição, a básica e a de tipo dois. Nesse segundo modelo, defendido como o mais adequado por vários especialistas, a equipe é formada por um dentista, um técnico em saúde bucal e um terceiro profissional, podendo ser tanto um auxiliar quanto técnico. Essa defesa se deve ao entendimento de que há uma centralização excessiva das atividades no papel do dentista e que a participação mais ativa dos outros profissionais da equipe de saúde bucal permitiria a realização de uma maior quantidade de procedimentos como, por exemplo, a colocação de próteses, o tratamento de inflamações na gengiva e mesmo de canal na Atenção Primária. “Em uma consulta de 40 minutos, é possível fazer um tratamento de canal simples com uma equipe ampliada que conte com a presença do Técnico em Saúde Bucal, que faria a parte da restauração em um segundo consultório. O dentista está numa cadeira, o técnico está em outra e aí você teria ampliação da questão restauradora, não vinculada ao dentista, mas ao técnico de saúde bucal”, propõe Sônia Chaves. As atividades dos Técni-

cos e Auxiliares de saúde bucal estão regulamentadas desde 2008 pela Lei nº 11.889. Para os TSB, estão previstas ações desde atividades de prevenção até a execução de procedimentos como restauração de dentes. Já os auxiliares, além das atividades de prevenção, são responsáveis pela gestão dos materiais e equipamentos do consultório. Essas regras valem tanto para a atenção primária quanto especializada, inclusive em ambiente hospitalar.

Apesar da previsão legal, há quem entenda que esses profissionais, em especial os técnicos em saúde bucal, ainda têm pouco espaço nas equipes e mesmo a legislação foi bastante restritiva quanto às atividades que podem ser executadas. “A Lei 11.889 foi uma conquista, porém, o texto final manteve o monopólio dos dentistas na prática profissional, sem ganho de autonomia para TSB. A participação desses trabalhadores de nível fundamental e médio no espaço de formulação da PNSB não foi evidenciada”, avaliam Chaves e Ana Maria Lima no artigo ‘A inserção de técnicos em saúde bucal: questões em disputa na Política Nacional de Saúde Bucal’, publicado em 2022. Narvai concorda e complementa com a necessidade de as atividades em saúde bucal deixarem de ser sinônimo de ‘trabalho do dentista’ e que, por outro lado, este profissional possa atuar de forma mais integrada a outras ações para além do consultório. “O ‘trabalho de dentista’ necessário no SUS implica também no exercício de outras habilidades, como o planejamento, organização e avaliação de ações coletivas, coordenação e gerenciamento de equipes, capacidade de interlocução com os demais integrantes das equipes multiprofissionais, competência para o uso da epidemiologia e para a participação da saúde bucal nas ações de vigilância em saúde, dentre outras”, defende. ●

Ampliação da rede de cobertura da assistência odontológica de 46% para 62% deve reduzir perda dentária entre brasileiros

ROVENA ROSA / ABR



Precariado

No momento em que esta matéria estava sendo produzida, os dados mais recentes sobre o mercado de trabalho no Brasil referiam-se ao último trimestre de 2023. E as notícias pareciam promissoras: de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país teve, naquele período, a menor taxa de desemprego desde fevereiro de 2015. Mas um olhar mais detalhado mostra que o que as manchetes dos jornais anunciavam como ‘emprego’ envolve um conjunto muito variado de vínculos e condições de trabalho. Para ficar apenas em um exemplo, ainda segundo o IBGE, das 853 mil pessoas em idade de trabalhar que encontraram uma ocupação naqueles três meses finais do ano passado, provocando essa melhora nos indicadores do país, 338 mil não tinham carteira assinada, ou seja, retomaram uma atividade remunerada, mas na informalidade ou trabalhando por conta própria.

Essa diferença – que estabelece uma linha divisória entre quem tem ou não acesso a direitos como férias e 13º salário – é uma das muitas que marcam o mercado de trabalho brasileiro. Mas não é a única. A mesma edição da Pnad Contínua mostra, por exemplo, que até quando têm carteira assinada, as trabalhadoras domésticas ganham uma renda mensal quase R\$ 500 menor do que os trabalhadores ‘sem carteira’ que atuam em outras áreas na iniciativa privada. Já os quase 75% de empregados domésticos sem vínculo empregatício tinham rendimento médio de R\$ 992

no último trimestre de 2023, o que equivale a quase um terço do que ganham os empregados formais do setor privado. De um modo geral, também têm salários bem menores – e instáveis – os trabalhadores que têm vínculo formal, mas com contrato intermitente – modalidade aprovada pela Reforma Trabalhista de 2017, que vem crescendo no país. Tudo isso sem contar o exemplo ainda mais extremo, dos trabalhadores em condições análogas à escravidão – só em 2023, mais de 3 mil pessoas nessa situação foram resgatadas no país.

O que esses e muitos outros dados permitem perceber é que no interior da classe trabalhadora existe uma espécie de ‘subclasse’, que vive com salários mais baixos, sem direitos trabalhistas, com instabilidade de vínculo e renda, jornadas laborais mais longas e dificuldade de ser representada por sindicatos, entre outros problemas. É para nomear e ajudar a compreender essa realidade que alguns autores têm proposto o conceito de “precariado”. “São aqueles trabalhadores que não conseguem se inserir de forma permanente no mercado de trabalho, que têm trajetórias intermitentes na formalidade e na informalidade. Aqueles que, no caso brasileiro, ganham até 1,5 salário mínimo individual ou cinco salários mínimos como renda média familiar mensal”, ilustra o sociólogo Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo (USP) e autor de uma trilogia de livros sobre o tema.

Mas ele ressalta que a precariedade que marca essa condição não diz respeito apenas ao espaço de trabalho. “Em qualquer comunidade onde vivem famílias trabalhadoras que não recebem

investimento do Estado, não têm acesso, por exemplo, a saneamento básico, saúde, qualquer tipo de serviço público, isso tudo compõe um quadro de reprodução subnormal dessas famílias trabalhadoras que reforça e acrescenta uma camada à definição desse precariado”, explica, ressaltando que aqueles que sofrem uma maior “exploração econômica nos locais de trabalho”, em geral estão submetidos também a uma “espoliação de direitos” sociais e de cidadania. “A segregação espacial, o deslocamento territorial nas cidades e o assédio policial também são consequência e causa disso, ou seja, estão entrelaçados com essas dinâmicas e fazem parte da expropriação política [do precariado]”, argumenta.

Proletariado + precário

É quase intuitivo perceber que o termo ‘precariado’ é formado pela junção das palavras ‘proletariado’ e ‘precário’. A questão é entender o resultado desse somatório. Apesar de haver algum debate acadêmico sobre se o conceito de proletariado vale para qualquer atividade e atribuição remunerada ou apenas aquelas ligadas diretamente à produção, em geral o termo é tido como sinônimo de classe trabalhadora ou, mais precisamente, “aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho”, como lembra Braga. Nessa abordagem mais ampla, o leque envolve desde os assalariados da economia formal até os informais, dos setores público e privado, com ou sem qualificação, e mesmo os trabalhadores por conta própria que mantêm “pequenos negócios”. “São todos aqueles indivíduos que vivem do seu trabalho, quer seja alienando no mercado de trabalho, quer seja trabalhando para si”, resume o professor da USP. Para o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Giovanni Alves, ‘proletariado’ pode, inclusive, ser entendido como uma “condição existencial”. “Você não precisa estar empregado, ter um emprego, estar explorado para pertencer ao proletariado. Você pode ser, inclusive, um estudante ou um trabalhador por conta própria”, diz. Já o adjetivo ‘precário’ caracteriza, nesse caso, as ocupações sem direitos, instáveis, mal remuneradas e com todos esses outros problemas que você já leu nas linhas anteriores. E a soma dos dois? “O precariado, para simplificar, seria a franja mais precária desse proletariado, que pendula de maneira mais ou menos permanente entre o aprofundamento da exploração econômica e a ampliação da expropriação política”, explica Braga.

Embora tenha se disseminado no Brasil nos últimos 20 anos, o conceito de precariado não é novo – e o fenômeno que ele nomeia, menos ainda. Não há propriamente um consenso sobre a origem do termo, mas as explicações mais correntes associam seus primeiros usos a movimentos sociais italianos e franceses nos anos 1980. No debate teórico, internacionalmente, são duas as referências principais desse conceito. Uma delas é o sociólogo Robert Castel que, na década de 1990, começou a descrever as mudanças nas condições de trabalho que ele observava na França, com foco nas consequências da crise do “emprego clássico” – aquele que garantia renda, direitos e proteção social – que tinha prevalecido durante a “sociedade salarial”, especialmente na Europa. Na verdade, o que o sociólogo francês alertava era para uma tendência de generalização das condições precárias de trabalho.

O outro nome diretamente associado a esse debate é o do economista britânico Guy Standing, que, nos anos 2010, lançou um livro intitulado ‘O precariado: a nova classe perigosa’. A caracterização que o pesquisador faz das condições de trabalho dessa parcela da sociedade não difere muito de tudo que você já leu nesta matéria, mas ele acrescenta alguns aspectos novos – e polêmicos – na discussão. O principal deles, que difere da percepção dos dois entrevistados desta reportagem, é a compreensão de que o precariado constitui uma nova classe social, portanto diferente do antigo proletariado. Essa pode parecer uma diferença menor ou puramente teórica, mas quem entra na polêmica garante que ela tem implicações práticas, sobretudo porque separa, como se tivessem lados e interesses distintos, segmentos sociais que deveriam lutar juntos pela melhoria das condições de vida. Uma evidência, lembrada por Braga, é o fato de as mobilizações de precarizados que eclodiram no mundo todo desde os anos 2010 reivindicarem os mesmos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários pelos quais a maior parte da classe trabalhadora luta há muito tempo. “É uma diferença analítica, mas é, sobretudo, uma diferença política”, defende. E resume: “Aquilo que beneficia a classe trabalhadora no sentido mais geral também beneficia esses setores mais precarizados”.

Tudo isso tem diretamente a ver com outra ‘polêmica’ que a concepção de precariado de Guy Standing promoveu, ao caracterizar esses segmentos como uma “classe perigosa”. “Ele considera que, por conta da política do ressentimento em relação aos setores protegidos, o precariado é uma classe potencialmente próxima do discurso neopopulista

de extrema direita”, explica Ruy Braga, que contesta essa tese no seu novo livro ‘A angústia do precariado’, baseado numa pesquisa desenvolvida em cidades pequenas dos Estados Unidos. “A família tradicional está sendo esgarçada pela precariedade laboral, as pessoas estão tendo que se deslocar para poder trabalhar, encontrar emprego etc. As comunidades onde esses trabalhadores vivem estão se esfacelando, numa profunda crise socio-reprodutiva. Isso produz um medo e uma angústia muito grande nessas famílias”, analisa, referindo-se à realidade norte-americana. E na ausência da proteção do Estado, diz, quem acolhe essas famílias, em geral, são as igrejas, “com seus valores conservadores”. “Isso [o voto conservador] tem a ver com a política, não com uma espécie de guinada radical racista, xenofóbica, ressentida e irracional”, argumenta.

Um ‘outro’ precariado

Essas variadas percepções sobre esses segmentos mais desprotegidos da população apontam divergências também quanto à origem do precariado como um fenômeno social. Embora a obra de Robert Castel que consagrou esse neologismo tenha alertado para uma mudança na forma e no papel do emprego que remetia à década de 1970, outros autores, inclusive Braga, alegam que essa parte mais pauperizada, vulnerável e sem direitos da classe trabalhadora existe desde as origens do capitalismo. “Proletariado precarizado existe pelo menos desde o século 19”, concorda Giovanni Alves.

Mas foi exatamente por entender que essa realidade não era novidade que o professor da

Unesp deslocou seu interesse de estudos para um outro recorte das mudanças relativas ao mundo do trabalho, segundo ele mais contemporâneo. O que ele tenta compreender é um processo mais específico de precarização, próprio do “capitalismo global” e coerente com um momento de “crise estrutural” do sistema: a ampliação de uma camada de jovens adultos que, apesar do alto nível de escolaridade, tem uma inserção precária no mundo do trabalho. Esses sim são, na concepção de Alves, os integrantes do ‘precariado’, um fenômeno que, diferente daquele descrito até agora, remeteria aos anos 1980, com expansão na década seguinte no caso do Brasil. “A educação se tornou um valor fundamental para a classe trabalhadora, principalmente para o subproletariado. Os pobres entram na universidade, o próprio governo incentiva que você tenha um título, tenha uma carreira profissional”, contextualiza, realçando o quanto a juventude passou a acreditar “nessa ilusão da educação”. O resultado, segundo Alves, são gerações de “jovens precários com alto nível de escolaridade, com título de doutor, falando três idiomas, mas que não conseguem se inserir no mundo do consumo e do trabalho com os direitos que os pais tinham”.

Trata-se, portanto, de um conceito distinto, mais restrito e delimitado, em que a precariedade se define a partir de duas determinações principais: idade e escolaridade. As consequências são várias e visíveis, segundo o professor, e vão desde questões mais pontuais, como a dificuldade dessa geração de sair da casa dos pais, até uma mudança na “subjetividade” desses jovens. “O precariado é uma verdadeira usina de frustração”, lamenta. ●

50 anos da Revolução dos Cravos

Em frente ao quartel do Carmo, em Lisboa, uma multidão comemorou a vitória da Revolução dos Cravos, que pôs fim a 48 anos da ditadura fascista que começou com António de Oliveira Salazar. Pressionado pelo Movimento das Forças Armadas, foi nesse prédio que o então presidente Marcelo Caetano renunciou, fugindo para o Brasil, onde os militares faziam o papel inverso, comandando uma ditadura que duraria ainda mais de uma década. Embora tenha resultado numa democracia liberal, o 25 de Abril, que agora completa 50 anos, inaugurou uma temporada de lutas por mudanças mais profundas, na direção de um socialismo democrático. É considerado por muitos como a última Revolução da Europa.

TANTO MAR...

(Chico Buarque)

Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo renitente
Um velho cravo para mim

Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Em algum canto de jardim

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar

Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

~~NÃO
PODIAS
BEIJAR~~

#NÃOPODIAS

SÓ DEPOIS DO 25 DE ABRIL PASSOU
A SER PERMITIDO NARBORAR NA BUA
COMO NARBORAS UBLE

~~NÃO
PODIAS
ADOECEER~~

#NÃOPODIAS

SÓ DEPOIS DO 25 DE ABRIL FOI
CRIADO O SERVIÇO NACIONAL DE
SAÚDE (SNS), QUE GARANTE O
ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE POR
PARTE DE TODOS OS CIDADÃOS,
INDEPENDENTEMENTE DA SUA
CONDIÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

~~NÃO
PODIAS
DISCORDAR~~

#NÃOPODIAS

ANTES DO 25 DE ABRIL, NÃO PODIAS
TER UMA OPINIÃO CONTRÁRIA À DO
GOVERNO

~~NÃO
PODIAS
SONHAR COM UM CURSO~~

#NÃOPODIAS

SÓ DEPOIS DO 25 DE ABRIL
A CONSTITUIÇÃO PASSOU A
CONSAGRAR O DIREITO DOS
CIDADÃOS À EDUCAÇÃO

ACESSE O SITE DA REVISTA TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

www.tes.epsjv.fiocruz.br

The screenshot shows the homepage of the journal 'Trabalho, Educação e Saúde' (TES). At the top left is the TES logo. To the right, a short description states it is a scientific journal in open access, edited by the Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz. Below this is a navigation menu with links for 'SOBRE', 'EQUIPE', 'POLÍTICA EDITORIAL', 'INSTRUÇÕES AOS AUTORES', and 'EDIÇÕES ANTERIORES'. A search bar is located on the right side of the menu. The main content area features the current issue 'Edição Atual | v. 22 (2024)' with the note 'Publicação contínua'. A paragraph describes the journal's focus on original contributions in education and health, with a link to the editorial policy and author instructions. Three featured articles are shown with thumbnails: 'Editorial', 'Entrevista', and 'Artigo'. On the right side, there is a 'SUBMISSÃO ONLINE' button and a 'Submissões' menu with options for 'Acesso', 'Cadastro', and 'Portal de...'. A hand icon is pointing towards the 'Portal de...' option.